A SEMANA
na África
Clipping sobre PALOP e África Austral

09 a 15 de dezembro de 1991 nº 18

MORTOS E FERIDOS NO LOBITO
A PAZ ESTÁ POR UM FIO **(Angola)**

Quatro mortos e 30 feridos foi resultado da troca de tiros entre elementos da UNITA e forças policiais, quando estas tentaram desalojar os primeiros dos imóveis ilegalmente ocupados na cidade do Lobito, no último dia 06, sexta-feira. No dia seguinte as forças policiais levantaram o cerco possibilitando a ocupação dos imóveis pelos militares da UNITA.

Savimbi afirmou durante a reunião da Comissão Política da UNITA, que não iria pedir aos seus militares que abandonassem os edifícios. O temor dos observadores do processo de paz é que este tipo de atitude por parte dos dirigentes induza os militares da UNITA a repetir esta ação em outros locais do país. (pp. 09 e 10)

COBIÇADA PRENDA DE NATAL
AS AMEAÇAS DOS RADICAIS NA ÁFRICA DO SUL

Na presente fase de negociações, crucial para a definição dos destinos de uma possível África do Sul democrática, as ameaças vêm de ambos os extremos do espectro. Segundo o Semanário, o ANC encontra dificuldades com a sua ala militar, o Umkhonto we Sizwe (MK); o comandante do MK, Joe Modise, afirmou que "a suspensão das ações armadas" não implica em seu fim, mas somente numa trégua. O MK atravessa uma "crise de identidade", e foi levantada a hipótese dele ter participado nas ações violentas que vêm perturbando o processo de apaziguamento. O Congresso Pan-Africano (PAC), de extrema-esquerda, abandonou a reunião multipartidária que preparava as bases de implantação da Convenção para uma África do Sul Democrata (CODESA). Os agrupamentos de direita, por sua vez, recusaram-se a tomar parte na referida reunião. A recente vitória do Partido Conservador nas eleições realizadas em Virgínia, no Estado livre de Orange (ver clipping nº 17, pp.I, 19 e 20), é um indício da insatisfação de parte da população branca (particularmente da parcela "africânder") com os rumos do processo

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

de reformas tal como vem sendo conduzido pelo presidente De Klerk. O presidente do ANC, Nelson Mandela, evidenciou sua preocupação com esta situação, dizendo que "terá de ser feito um grande esforço para manter De Klerk no poder; só assim haverá esperanças do processo de reformas continuar" (pp.23 e 27)

OFENSIVA CONTRA "NINO" VIEIRA (Guiné-Bissau)
CÚPULA DO PAIGC COLOCADA EM CAUSA

Participantes da conferência de quadros do PAIGC, convocada pelo "Grupo dos 121" (ver clipping nº 2 pp III e 14, e nº 6pp VI e 29), defenderam o afastamento da atual direção do partido e sua substituição por uma administração interina, endereçaram pesadas críticas ao presidente Nino Vieira, e denunciaram a existência de devios, corrupção e anarquia no seio do PAIGC. Nino Vieira é alvo de críticas formuladas também pelos "partidos emergentes", que consideram sua administração responsável pela "catástrófica" situação da Guiné-Bissau. Entre estes partidos está o Partido Democrático do Progresso (PPD), cujo presidente, Amine Saad, o apresenta como o "primeiro partido constituído por pessoas sem qualquer ligação com o PAIGC". (Amine Saad esteve envolvido, como "colaborador", na campanha da oposição em Cabo Verde, e defende a normalização e o estreitamento das relações da Guiné-Bissau com esse país. Ele também possui contatos com a oposição angolana, nomeadamente com o PRD e a UNITA). O Partido Unido Social Democrata (PUSD), outro "partido emergente", é dirigido por Vítor Saúde Maria, primeiro-ministro do governo de Nino Vieira entre 1980 e 1984, que afirma estar seu partido implantado em todas as regiões do país, e considera o regime semi-presidencialista o mais adequado às condições da Guiné-Bissau. (pp. 15 e 17)

A LENTA AGONIA DAS CIDADES AFRICANAS (África Geral)

O artigo do Expresso aborda a situação calamitosa de diversas grandes cidades africanas, cuja origem está nas guerras civis, nos conflitos inter-étnicos e na crise econômica que assola diversos países africanos, apresentando um retrato de Lomé, Mogadíscio, Monróvia e Kinshasa. (p. 01)

CONTINENTE EM CONVULSÃO (África Geral)

O artigo do Público apresenta um painel sobre os diferentes desafios a serem enfrentados pelo continente africano, bem como um resumo de alguns casos específicos mais graves como a África do Sul, o Sudão, a Libéria e etc.. (pp. 04 e 05)

UNITA NEGA-SE A RESPEITAR "LEIS INJUSTAS"
SAVIMBI ELABORA ESTRATÉGIA DA UNITA (Angola)

Savimbi dirigiu pessoalmente as comissões de estratégia eleitoral e de programa governamental na reunião da Comissão Política da UNITA, que realizou-se entre 04 e 07 de dezembro, em Luanda. O líder da UNITA deixou ameaças no ar, ao afirmar que o seu movimento não vai ficar de braços cruzados se o governo não cumprir os prazos para as eleições e que "as leis injustas não serão respeitadas". Contudo, concluiu que esta decisão exclui a hipótese de retorno à guerra.

Em alguns meios políticos angolanos esta fase foi interpretada como a possibilidade de um golpe, que se somaria ao fato de que algumas das principais figuras do movimento permanecem fora da capital e às denúncias da entrada de armamento para a UNITA em várias cidades do país.

O documento aprovado pela Comissão Política da UNITA contém 22 pontos, entre os quais destacam-se as críticas ao governo pela sua atuação no que se refere às eleições e à paralização da CCPM.(pp.07 e 08)

UMA PROPOSTA PARA DEBATER (Angola)

A postura irredutível das delegações do governo de Luanda e da UNITA no interior da CCPM obrigou os observadores a agirem através de contatos informais , para o estabelecimento de uma plataforma de entendimento. Esta sugere um conjunto de medidas a serem adotadas até o dia 20 de dezembro, visando minimizar o atraso no calendário dos acordos de paz. Entre as principais preocupações dos observadores encontram-se o acantonamento das tropas e a guarda do armamento existente. (p. 13)

ANGOLA: ELF PRESSIONADA

O artigo do Informáfrica afirma que o presidente Mitterand recomendou uma maior moderação nas ligações da ELF com Angola, tendo em vista os seus interesses no futuro. Em outubro, nos EUA, Jonas Savimbi havia lamentado publicamente que uma companhia petrofífera (referência indireta à ELF) teria entregue ao MPLA 300 milhões de dólares para sua campanha.

Em Luanda há um lobby anti-ELF que não só contesta o favoritismo à empresa francesa, como relaciona isso com interesses pouco transparentes. Além disso, a ELF é acusada de superprodução nos poços em que explora como operadora. (p. 13)

NAÇÕES UNIDAS VÃO ANALISAR PEDIDO DE APOIO ÀS ELEIÇÕES ANGOLANAS

O embaixador angolano junto à ONU, Afonso Van Dunem, entregou ao secretário-geral, Perez de Cuellar, duas mensagens do governo angolano, pedindo não só assistência técnica para o processo eleitoral como também o envio de observadores internacionais. A decisão quanto ao envolvimento da ONU no processo eleitoral será tomada pelo seu Conselho de Segurança, ainda este mês. (p.14)

QUINZE PARTIDOS EM MOÇAMBIQUE
NOVO PARTIDO NASCE EM MAPUTO

Além da Frelimo e da Renamo, treze formações políticas constituiram-se ou foram construídas em Moçambique até o presente momento. Tereza Lima, correspondente do Público, destaca as cisões que ocorrem nestes partidos emergentes, e apresenta as propostas e os líderes de cada um deles. Entre estes partidos está o Partido da Convenção Nacional (PCN) — objeto de um artigo de Alexandre Chiure, correspondente do Diário de Notícias —, do qual faz parte Lutero Simango, engenheiro, Filho de Urias Simango, antigo vice-presidente da Frelimo rotulado de traidor e preso desde 1974, com paradeiro desconhecido (teria sido assassinado no Niassa, já nos anos 80). (pp. 20 e 21)

MORRE GUERREIRO DE CORPO FECHADO (Moçambique)

Manuel Antonio, guerreiro "naparama" que dizia possuir uma poção mágica que tornava a si e aos seus companheiros imunes ao fogo das armas (ver clipping nº 3, pp.IV, V, 17, 18, 19 e 20), morreu (à bala), em um combate com a Renamo. (p.21)

CHRIS HANI NOMEADO DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA (África do Sul)
AINDA SE COMBATE PELO SOCIALISMO

O atual chefe do Estado-maior do Umkhonto we Sizwe (braço militar do ANC), Chris Hani, foi designado candidato único ao secretariado-geral do partido, por todas as federações regionais, durante o oitavo congresso do SACP (Partido Comunista Sul-Africano), o primeiro realizado na África do Sul. Joe Slovo, líder histórico do partido, decidiu não apresentar sua candidatura à reeleição, por encontrar-se doente, sendo nomeado para o cargo honorífico de presidente do Partido pelos 400 delegados presentes ao congresso. A matéria do Le Monde destaca o fato do congresso ter optado pela manutenção do nome e do emblema do SACP, decidindo todavia modificar os estatutos do partido. (p. 25)

ÍNDICE

África Geral-PALOP 01-05
Angola 06-14
Cabo Verde 15
Guiné-Bissau 15-17
Moçambique 18-21
África do Sul 22-27

EXPRESSO, SÁBADO
7 DE DEZEMBRO DE 1991

A lenta agonia das cidades africanas

AS GRANDES cidades africanas estão em perigo de morte, e o rol das capitais que deixaram de figurar nos roteiros das companhias aéreas internacionais não pára de aumentar: Monróvia, Mogadíscio, Kinshasa e, desde o passado fim de semana, Lomé.

Consumado o golpe de Estado militar no Togo, assiste-se a uma aparente reconciliação entre o Presidente, Etienne Gnassimbé Eyadéma, e o primeiro-ministro, Joseph Kokou Koffigoh, nomeado pela Conferência Nacional, que tinha assumido o poder efectivo após 22 anos de regime de partido único. Mas Koffigoh, capturado terça-feira pelos militares que tomaram de assalto o palácio do Governo, é hoje refém da guarda presidencial, constituída por elementos da mesma etnia de Eyadema. Os combates, que fizeram dezenas de mortos, foram acompanhados das habituais cenas de pilhagem: em Lomé morre-se por um saco de amendoins ou por pertencer a uma etnia rival.

Aeroporto fechado, comunicações cortadas, líderes da oposição em fuga, muitos civis decidiram não esperar pelo desfecho da luta pelo poder e tomaram o caminho das fronteiras do Gana e da Nigéria. Dezenas de milhares de refugiados invadem as localidades fronteiriças à procura de comida e de tecto.

Mogadíscio: capital-fantasma

Mogadíscio morreu. A cidade, de 1,5 milhões de habitantes, à beira do Índico, é hoje a capital-fantasma de um país que deixou de existir. Os duelos de artilharia em curso entre partidários do ex-Presidente interino, Ali Mahdi Mohamed, e do general Mohammed Farrah Aidid, que o derrubou a 17 de Novembro, fizeram mais de mil mortos e 6 mil feridos e os ocidentais que ainda se encontravam na cidade foram evacuados em aviões ligeiros da Cruz Vermelha Internacional.

Segundo o último relatório do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), Mogadíscio é uma cidade **«arruinada, devastada, esfomeada»**, onde as ajudas alimentares não podem chegar por falta de transportes seguros.

As equipas médicas das organizações não-governamentais (ONG) que continuam no local só conseguem trabalhar sob a protecção de mercenários armados até aos dentes pagos em dólares.

A cidade está sem água, luz e telefone desde que Siad Barre fugiu, em Janeiro passado, antes da chegada dos rebeldes do Congresso da Somália Unida. Não há trabalho nem salários para ninguém, nem lojas ou mercados para a população se possa abastecer. Cada bairro foi ocupado por um clã que procura alargar o seu «território», sob o pano de fundo da luta pelo «poder» entre os «abgals», que apoiam Ali Mahdi, entrincheirado no Norte da cidade, e os «habr gedir», do general Aidid. A pilhagem é o último recurso dos que ficaram mas pouco sobrou para roubar nos prédios e moradias de Mogadíscio. Mobílias, portas e janelas das embaixadas saqueadas servem agora de combustível e a única lei é a força das armas. Uma «kalashnikov» custa 30 contos, crianças e adolescentes «disparam como respiram» e um homem desarmado é um morto adiado.

Até quando? Ninguém sabe. Na Libéria, mais de um ano após o cessar-fogo, a maior parte da capital continua sem água nem electricidade. Monróvia é uma ilha cortada do resto do país onde o «Governo interino» sobrevive sob a protecção dos «capacetes brancos» da força interafricana de paz (ECOMOG). A escassos quilómetros da cidade, o aeroporto está nas mãos da Frente Nacional Patriótica de Charles Taylor e a Man Bridge, sobre o rio Mano, é uma fronteira que já mudou várias vezes de mãos nos últimos meses. Todo o abastecimento para uma cidade que contava meio milhão de habitantes antes da guerra civil chega dos países vizinhos, por via marítima.

Kinshasa à espera da explosão

Kinshasa, onde Mobutu — cujo mandato presidencial terminou a 4 de Dezembro — acaba de anunciar a recandidatura às próximas eleições presidenciais, vive uma «calma tensa», à espera da próxima explosão. Inflação galopante, lixo amontoado, ruas e esgotos esburacados, transportes e comunicações paralisados, carburante escasso, iluminação intermitente: a outrora próspera capital do Zaire afunda-se no caos e na pobreza absoluta.

Apesar dos apelos da ONU e das ONG, não há meios humanos e materiais para acudir às novas situações de emergência, como acontece agora no Sul do Sudão, onde, após anos de guerra contra o exército muçulmano de Kartum — que fizeram meio milhão de mortos —, cidades com centenas de milhares de habitantes e refugiados estão agora cercadas e são bombardeadas pelos «rebeldes dos rebeldes» da «facção Nassir», liderada por Riek Mashak, sublevados contra a «ditadura sanguinária» de John Garang e do seu Exército Popular de Libertação do Sudão. Mais de 250 mil novos refugiados esfomeados chegaram desde Outubro ao Norte do Uganda, que também se encontra em plena guerra civil.

Nicole Guardiola

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE DEZEMBRO DE 1991

PALOP interessam a Israel

A MISSÃO empresarial israelita que nesta semana esteve em Lisboa anunciou a intenção de criar «joint-ventures» com empresas portuguesas para melhor penetrar nos mercados dos PALOP. Outro dos objectivos desta primeira missão é a intensificação das relações comerciais entre os dois países, de forma a usar Portugal como porta de entrada de produtos israelitas na Comunidade Europeia. A balança comercial entre Portugal e Israel apresentava nos nove primeiros meses deste ano um défice de 1,3 milhões de contos. As exportações portuguesas são dominadas pelas pastas químicas de madeira, polímeros e trigo, enquanto os israelitas exportaram sobretudo polímeros, algodão e aparelhos mecânicos.

O canto de Ghali

EXPRESSO, Sábado, 7 de Dezembro de 1991

TONY JENKINS

SE não fosse preciso mais do que inteligência, experiência diplomática e entendimento das diferentes culturas mundiais para um desempenho bem sucedido como secretário-geral das Nações Unidas, seria seguro prever que, a partir de 1 de Janeiro, Boutros Boutros Ghali estaria em condições de iniciar um trabalho de primeiro plano como novo chefe da organização mundial. Mas isso não basta.

As Nações Unidas estão à beira da bancarrota. A sua inflada burocracia foi concebida para se adaptar à valsa lenta e previsível da diplomacia da «guerra-fria», não ao frenético «rock 'n roll» de uma nova ordem mundial em gestação que enfrenta novos problemas de manutenção da paz e responsabilidades ambientais e internacionais praticamente todos os meses. A tarefa mais urgente que a ONU defronta hoje é a de pôr a sua própria casa em ordem. Para conseguir isso e firmar a própria credibilidade, Ghali terá de agir rapidamente para demonstrar que tem competências que nunca teve oportunidade de manifestar: as de gestor.

Ghali candidatou-se ao cargo com mais ardor do que qualquer outro. É certo que apregoa ter «nascido» para dirigir a ONU. Mas esta pouco modesta convicção baseia-se na sua experiência pessoal como diplomata distinto, não na experiência de um director executivo que tem pela frente uma organização transnacional com um orçamento anual superior a mil milhões de dólares, cerca de 50 mil funcionários e delegações importantes em Genebra, Washington, Londres, Roma, Paris, Viena e outras cidades.

Ghali foi eleito, na terça-feira, por aclamação, pelos 166 membros da Assembleia Geral da ONU. Mas por detrás dos aplausos e dos suspiros de alívio pelo facto de o processo de selecção não ter levado os meses de debate acrimonioso que marcaram, em 1981, o último exercício desse tipo, havia também muita preocupação. O secretário-geral cessante, Javier Perez de Cuellar, cujo mandato termina oficialmente a 31 de Dezembro, advertiu que a ONU vai ficar sem fundos em menos de dois meses. Os funcionários da ONU começaram logo a reivindicar um aumento de vencimentos há muito esperado, e fala-se até eventualmente de uma greve.

O primeiro problema, e o mais imediato, é a quantia superior a mil milhões de dólares de que a ONU é credora junto de 98 dos seus membros. Desse montante, metade destina-se aos encargos anuais correntes, relacionados com o pagamento de coisas tão prosaicas como a electricidade e os salários, que representam 50 por cento do orçamento anual da organização. O restante, cerca de 550 milhões de dólares, é a quantia em dívida por missões de manutenção da paz que os membros da ONU aprovaram tão entusiasticamente nos últimos anos: sete desde 1988, sem contar com os actuais esforços no Iraque nem com os próximos envios de forças de paz para o Cambodja e a Jugoslávia, que se prevêem prolongados. Mais de metade da dívida total pertence a Washington e Moscovo, que prometeram pagar as suas dívidas. Mas quando? Pagarão suficientemente depressa para impedir que, em Fevereiro, a luz seja cortada na sede da ONU?

Michael Horowitz, um antigo funcionário superior dos EUA, diz que sim. **«Dantes, muitos governos achavam que ninguém se importaria que a ONU falisse, mas agora ninguém está disposto a ver isso acontecer. Os EUA não vão deixar a ONU ir pelo cano abaixo.»** Mas Ghali vai ter de negociar com a Casa Branca e com o Kremlin, não apenas para os fazer pagar as suas dívidas, mas também para estabelecer um calendário de pagamento que impeça a repetição destes problemas no futuro. Cuellar sugeriu que aqueles que já pagam a tempo e horas, como os europeus, australianos e canadianos, comecem a pagar as suas cotizações antecipadamente e que os que devem dinheiro comecem a pagar juros sobre os montantes em dívida. Como era de prever, tais sugestões foram recebidas como um balde de água fria. Por isso, Ghali terá de explorar rapidamente vias que evitem uma crise financeira contínua e permanente.

Ainda mais assustadora é a necessidade urgente de reorganizar a vasta burocracia da ONU. Quando as Nações Unidas foram criadas, resultaram de uma série de compromissos entre os Estados Unidos e a União Soviética de Estaline. Em lugar de criar uma burocracia independente, os funcionários eram nomeados pelos respectivos governos, de forma a que os comunistas pudessem manter os seus cidadãos sob controlo. Certos cargos tornaram-se uma sinecura dos respectivos governos, sendo difícil que o secretário-geral colocasse os melhores funcionários nos lugares-chave. Nenhum país era autorizado a facultar mais do que a sua quota-parte de burocratas. E era virtualmente impossível reorganizar essa estrutura. Assim, existe ainda um departamento para a descolonização, necessário quando as potências europeias se estavam a desfazer dos seus impérios em África, na Ásia e Caraíbas, há trinta anos, mas que é hoje um anacronismo, quando praticamente o único assunto que o departamento trata é Timor-Leste.

ALÉM disso, para evitar a concentração de poderes num reduzido número de países, todos os quarenta directores de departamento tinham de despachar directamente com o secretário-geral, mesmo os que estavam encarregados de assuntos tão triviais como pensões e conferências. Para este, a carga de trabalho tornou-se quase intolerável.

Por iniciativa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, alguns membros pressionaram no sentido de uma reorganização de fundo do modo de funcionamento da ONU. Sugeriram que fossem criados quatro novos postos de secretário-geral-adjunto — um encarregado da manutenção da paz e diplomacia, um para o auxílio humanitário, um para as questões económicas e ambientais e outro para se ocupar da gestão geral. Cada um reestruturaria os departamentos da sua área de modo a conseguir uma organização mais eficiente e fluida. Não se sabe se Ghali adoptará este plano ou se irá sugerir outro, mas terá que andar depressa, se não quiser atolar-se nos problemas internos.

Uma vez resolvidas estas questões, Ghali terá de se debruçar sobre a enorme agenda deixada pelo fim da guerra do Golfo e pelos esforços para resolver os restantes conflitos existentes no mundo: Iraque, Afeganistão, Saará Ocidental, Cambodja, Jugoslávia, as Coreias, o Médio Oriente, Angola, Moçambique, Timor-Leste e outros. Terá de fazer face aos apelos à criação de um secretariado permanente da ONU para as forças armadas; aos crescentes esforços no sentido de uma resposta global organizada aos problemas ambientais; às diligências para ampliar o comércio livre a nível global, sob os auspícios do Acordo Geral de Comércio e Pautas — GATT (uma das muitas organizações subsidiárias da ONU); aos esforços para estabelecer um regime mais eficaz de inspecções da Agência Internacional de Energia Atómica (outra agência da ONU); às movimentações tendentes à redacção de um tratado global sobre o ambiente, e por aí fora.

Restam poucas dúvidas de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha estavam preocupados com o facto de, aos 69 anos, Ghali poder não ter estofo para o cargo e de que pretendiam encontrar um candidato mais novo e dinâmico. Tais receios foram exacerbados pelo facto de o recém-eleito secretário-geral ter sofrido, há dois anos, uma infecção hepática que o manteve inactivo durante vários meses. Mas Ghali começou por os convencer dizendo que só estava interessado num mandato de cinco anos, em vez dos já habituais dois mandatos e, depois, desenvolvendo uma série de fatigantes viagens pela África, Europa e Estados Unidos, conseguiu recolher apoio para a sua nomeação. Essa peregrinação incluiu uma visita ao Presidente George Bush, que foi aparentemente tocado pelo entusiasmo de Ghali e pela sua ideia inspiradora de uma ONU reorganizada e revigorada. Mas falta ver em que consiste tal ideia.

Os amigos de Ghali também referem a sua já fatigante agenda. Segundo parece, levanta-se de madrugada para escrever o seu diário, para redigir artigos ou ainda mais um capítulo de um dos seus muitos livros. Até agora foi autor de mais de cem publicações. Quem é então este Ghali? A sua primeira qua- →

lificação para o cargo é muito pessoal: é cristão copta, casado com uma judia de Alexandria e, durante muitos anos, foi um político de primeiro plano no Egipto, talvez uma das mais importantes nações muçulmanas do mundo. O seu último cargo foi o de vice-primeiro-ministro do Egipto. A experiência directa de conjugação das três grandes religiões monoteístas do mundo ensinou-lhe certamente o valor da diplomacia e contribuiu sem dúvida para o sentido de humor que lhe é reconhecido. Diz-se que consegue ser igualmente chistoso em árabe, francês e inglês.

Nasceu numa das mais distintas famílias coptas do Egipto e foi educado em Paris e Nova Iorque. Fala fluentemente o francês, o que depressa lhe granjeou o apoio do Palácio do Eliseu, que insistia em que o novo secretário-geral fosse francófono. O certo é que os franceses sublinham, com deleite, o facto de Ghali ainda falar inglês com sotaque distintamente francês e de muitos amigos o tratarem por Pierre. Mas foi também um aluno brilhante na prestigiosa Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e tem o título de professor de Direito Internacional. Em França, parece ter ganho amor à alta costura: apresenta-se sempre imaculadamente vestido. Mas diz-se que está tão à vontade na tenda de um chefe tribal africano como na Sala Oval da Casa Branca. Para o ajudar a manter um estilo concordante com o cargo, vai receber um salário de 195 mil dólares por ano (cerca de 30 mil contos) e terá o usufruto de uma mansão no elegante bairro do Upper East Side, em Manhattan.

HÁ muitos anos que Ghali é uma figura conhecida em Washington. Usou a sua considerável experiência diplomática como vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para ajudar Anwar Sadate a negociar o acordo de paz de Camp David, que conduziu ao tratado de paz entre o Egipto e Israel, em 1979. Demonstrou coragem ao acompanhar Sadate na sua visita histórica a Jerusalém, em 1977, quando o então ministro dos Negócios Estrangeiros preferiu demitir-se a pisar território israelita. Foi por isso que, quando o tratado de paz foi assinado na Casa Branca, Ghali era um dos poucos funcionários egípcios a aparecer ao lado do seu Presidente. O risco que essa notoriedade envolvia tornou-se evidente quando Sadate foi assassinado, dois anos mais tarde.

Nas palavras de Bill Quandt, um funcionário superior da Administração Carter, Ghali **«é um espírito internacional de gema; um homem que está por dentro da ONU na sua experiência profissional e com uma mentalidade muito recta.»** Ghali também demonstrou que tem um notável sentido de presciência: no início dos anos 80 foi ele que advertiu os israelitas de que o seu fracasso na resolução do problema palestiniano iria conduzir à deterioração das relações entre Telavive e o Cairo. Na sequência da invasão israelita do Líbano, em 1982, e do colapso das conversações sobre a autonomia palestiniana, foi Ghali o primeiro a usar o termo «paz fria» para descrever as relações entre os dois países.

Muito antes de a ecologia estar na moda, Ghali foi dos primeiros a advertir que a escassez de água e os problemas ambientais poderiam provocar uma instabilidade ainda maior do que as velhas disputas políticas em África e no Médio Oriente. Tentou, nos últimos dez anos, aliviar essas tensões, conduzindo debates entre os nove países que partilham as águas do Nilo. Apesar de ter sido até aqui praticamente ignorada, a questão do controlo dos abastecimentos de água pode vir a revelar-se um dos mais importantes obstáculos à paz no Médio Oriente, e a experiência de Ghali pode então mostrar-se de grande utilidade.

Antes de o Conselho de Segurança ter recomendado Ghali, os 51 membros da Organização de Unidade Africana (OUA) e os 106 países do Movimento Não-Alinhado advertiram que votariam contra qualquer candidato que não fosse oriundo da África. Depois de três europeus, um asiático e um latino-americano, os africanos insistiam em que era «a sua vez» de preencher o cargo de secretário-geral. Porém, a OUA não conseguiu chegar a acordo quanto a um candidato único, indicando antes seis africanos, entre eles Ghali. Mas os africanos negros não escondiam que pretendiam alguém da África sub-saariana que concentrasse a atenção nas regiões mais carentes do Terceiro Mundo. Mais uma vez, a experiência de Ghali foi decisiva: ao longo dos anos, ajudou a mediar numerosas disputas entre países africanos e teve um papel determinante na libertação de Nelson Mandela do seu encarceramento de 26 anos. Isso facultou-lhe grande número de contactos por todo o continente, cujo apoio conseguiu reunir quando o Conselho de Segurança teve de decidir quem seria o novo secretário-geral.

A experiência africana de Ghali não só lhe facultou o apoio da OUA como contribuiu de forma decisiva para recolocar o Egipto no centro da diplomacia árabe: apesar da sua fé cristã, foi Ghali que, em 1984, conseguiu convencer os 45 membros da Conferência Islâmica a readmitir o Egipto, cuja participação fora suspensa na sequência de Camp David. Isso marcou o início do processo que culminou no ano passado, quando o Egipto voltou a albergar a sede da Liga Árabe.

Ghali foi também uma figura-chave na obtenção do apoio árabe à coligação liderada pelos Estados Unidos que libertou o Koweit. Após a conclusão da operação «Escudo do Deserto», Boutros Ghali propôs a criação de um parlamento pan-árabe e de um banco árabe financiado pelos Estados ricos do Golfo, para subsidiar o desenvolvimento dos Estados árabes mais pobres como o Egipto. Ambas as sugestões foram rapidamente afastadas. Segundo o «New York Times», quando lhe perguntaram se tal reacção não o frustara, Ghali **«limitou-se a sorrir e a aconselhar paciência.** 'Se perdesse a esperança de cada vez que proponho alguma coisa que é rejeitada, nunca conseguiria nada'». Mas neste seu novo cargo pode não ter muito tempo para deixar a paciência fazer-lhe o trabalho. ■

Um continente em convulsão

PÚBLICO
DOMINGO, 8 DEZEMBRO 1991

Um novo vento de mudança sopra de Argel ao Soweto, mas nem em toda a parte sopra da mesma maneira, de onde a impossibilidade de uma caracterização uniforme. São diversos os fenómenos que fazem tremer a África e por vezes é difícil discernir bem uns dos outros.

Há o ressurgimento islâmico da Argélia e de outros territórios do Norte do continente. Há o fim do apartheid na República da África do Sul. Há povos que querem ser independentes no Sara e na Eritreia. Há guerras civis na Libéria e na Somália. Há regimes que se democratizam e ditadores que resistem por todas as formas à ideia pluralista.

De mais de 50 unidades políticas existentes, perto de 20 têm sido nos últimos seis meses alvo de atenção especial, designadamente devido a uma quebra de todos os princípios básicos do funcionamento de um Estado.

A Libéria, a Somália, o Sudão e Moçambique não sabem desde há muito o que é a vida pacífica e normal de um país com as suas estruturas a funcionar, pois a autoridade central tem ali sido contestada por movimentos de guerrilha de maior ou menor amplitude.

No Zaire e do Togo, que nos últimos tempos não têm conhecido guerrilhas, são os ditadores que se mantêm entrincheirados nos seus privilégios e que sabotam por todos os meios os processos de transição para o pluralismo, tornando assim os respectivos países ingovernáveis.

No Sara Ocidental e na Eritreia os povos deverão pronunciar-se em referendo sobre se desejam tornar-se independentes, respectivamente de Marrocos e da Etiópia.

Noutros territórios as situações são bastante complexas, com alguns regimes a prometerem a contragosto que aceitarão a democracia multipartidária e liberdade de imprensa. E o ritmo da mudança na África está a ser indubitavelmente mais lento do que o verificado no Leste da Europa.

Segurança e estabilidade

Confrontados com o desastre que, na maior parte dos casos, tem sido a vida independente dos países africanos nestes últimos 30 anos, alguns políticos defendem agora uma Conferência sobre a Segurança, a Estabilidade, o Desenvolvimento e a Cooperação na África, espécie de Helsínquia para os povos do Sul.

A ausência de Estados de Direito, de participação popular no Governo e de respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais tem caracterizado a vida de um continente de 30.329.281 quilómetros quadrados onde centenas de milhões de pessoas vegetam em níveis de subdesenvolvimento.

A falta de transparência na Administração Pública, a confusão entre os dinheiros públicos e os privados e o predomínio dos laços étnicos tradicionais sobre as fronteiras traçadas no século passado são outras das causas de sofrimento das populações africanas, que à luz dos padrões ocidentais se poderá dizer que estão com muitas décadas de atraso em relação às europeias.

Uma das tragédias da África é a de povos radicalmente diferentes, todos com estruturas políticas, tradições e línguas próprias, haverem sido congregados à força — na última parte do século passado — em unidades traçadas segundo as conveniências da Europa colonial.

Daí que os Estados não funcionem e que não exista em muitos casos qualquer coesão nacional, apesar de toda a retórica de políticos que teimam em não ver o obstáculo que têm à frente ou que não sabem a forma de o contornar.

A Organização da Unidade Africana (OUA) tem-se oposto tenazmente a qualquer rectificação das fronteiras herdadas do colonialismo, pois receia que a emenda ainda fosse pior do que o soneto e que isso desencadeasse um tal nível de conflitos que equivaleria a uma tragédia muito maior do que a que se tem vivido nas últimas décadas.

No entanto, a situação actual parece em muitos casos insustentável, como num Sudão dividido entre o Norte islâmico e o Sul cristão ou animista; ou numa Somália onde o sector outrora colonizado pelos britânicos pretende agora viver absolutamente à margem do sector em tempos administrado pela Itália.

Muitos observadores crêem que só novas gerações de africanos — políticos e académicos — conseguirão estudar mais a frio e tentar encontrar saídas para problemas que escaparam por entre os dedos daqueles que nos últimos 30 anos tiveram a seu cargo a África independente.

Durante décadas, a África Negra fez cavalo de batalha do apartheid; e só agora, com ele desmantelado, é que começa a ver que está a braços com montes de outras dificuldades igualmente graves. Mas, para as resolver, poderá necessitar ainda de outras tantas décadas. ■

LIBÉRIA

A guerra iniciada em Dezembro de 1989 causou perto de 20.000 mortos, incluindo o Presidente Samuel Doe, em Setembro de 1990. Há mais de um ano que a situação é de impasse. O Governo interino patrocinado pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e dirigido por Amos Sawyer apenas controla a capital, Monróvia, enquanto no resto do país domina o grupo de guerrilha chefiado por Charles Taylor. Mas ultimamente este recomeçou a ser combatido por antigos colaboradores de Doe.

TOGO

O vazio político tem vindo a ser a tónica nos últimos dias, depois que militares fiéis ao Presidente Eyadéma sabotaram a experiência de democratização que estava a ser protagonizada pelo primeiro-ministro Joseph Kokou Koffigoh. O Alto Conselho da República, assembleia legislativa de transição, encontra-se impedido de se reunir, pois a maior parte dos 79 elementos fugiu para os países vizinhos: o Gana e o Benin. A confusão é total e ninguém sabe dizer para onde vai o pequeno país, há 24 anos sujeito à ditadura de Eyadéma.

ZAIRE

O marechal Mobutu Sese Seko é actualmente o maior símbolo de corrupção na África, onde desde 1965 dirige o antigo Congo Belga, que é um território muito rico mas onde a maior parte da população vive na mais abjecta das misérias. Os incidentes de Setembro causaram 250 mortos e levaram à partida da maior parte dos belgas, portugueses e franceses. O novo primeiro-ministro, Karl-I-Bond, o quinto deste ano, é aguardado amanhã em Paris, no início de uma viagem a diversas capitais do Ocidente, em busca de apoio financeiro.

ÁFRICA DO SUL

Os principais partidos e formações sociais iniciam ainda este mês a conferência que deverá traçar as linhas mestras para a elaboração de um novo texto constitucional, de modo a que todos os grupos étnicos — brancos, pretos, mestiços e asiáticos — fiquem em igualdade perante a lei. Mas a extrema-direita branca não participa nas conversações e poderá reagir de forma violenta ao processo de transferência do poder para a maioria negra da população, processo que no seu essencial vai ocupar os próximos dois anos.

MADAGÁSCAR

As Forças Armadas estão dispostas a servir de medianeiras para que possam ser levadas a bom termo as negociações sobre a formação de um novo Governo, na sequência de longos meses de impasse entre o Presidente Didier Ratsiraka e a oposição. O poder está dividido entre um Chefe de Estado que já se deveria ter remetido a funções essencialmente protocolares e um grupo de Forças Vivas que se diz verdadeiramente representativo do querer da nação. O primeiro-ministro indigitado pelo Presidente é Guy Razanamasy.

QUÉNIA

Os principais políticos e advogados defensores do pluralismo anunciaram sexta-feira a intenção de transformar em partido o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), três dias depois de o Presidente Daniel Arap Moi ter acabado com o monopólio do poder pela União Nacional Africana do Quénia (KANU). Mas na véspera um pequeno grupo já se separara do Fórum e dissera ir constituir o seu próprio partido, o que poderá dificultar um pouco a tarefa da principal força opositora, interinamente presidida por Oginga Odinga.

RUANDA

O Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento, até há pouco partido único, é contra a ideia de uma Conferência Nacional pedida pela oposição, cujas principais forças são o Movimento Democrático Republicano, o Partido Liberal e o Partido Social-Democrata. Milhares de ruandeses vivem exilados no Burundi, Tanzânia, Zaire e Uganda, fugidos às lutas tribais que há mais de 30 anos são uma constante na região, partilhada por povos tutsis e hutus, tradicionalmente inimigos.

BURUNDI

Também aqui se faz sentir a animosidade entre tutsis e hutus, mantendo estes uma guerrilha contra os primeiros, que estão no poder, apesar de constituirem a minoria da população. Há duas semanas uma ofensiva lançada por elementos armados do Partido para a Libertação do Povo Hutu (Palipehutu) causou 300 mortos; e as autoridades disseram que os guerrilheiros tinham partido da Tanzânia, o que uma vez mais envenenou as relações entre os diversos países da África Centro-Oriental e pôs em causa as fronteiras.

SOMÁLIA

Há pelo menos 11 meses que ninguém sabe quem é que manda na Somália, desde que à queda do ditador Siad Barre se sucedeu a proliferação dos poderes, com o Norte do país (a antiga Somalilândia britânica) a proclamar mesmo a sua autonomia e o resto a dividir-se entre uma série de clãs. A Somália é um exemplo acabado do desmoronamento do Estado, ninguém sabendo como será agora possível voltar a colocar de pé a estrutura que se tentou montar por altura da proclamação da independência, em 1960.

DJIBUTI

Antigo Território Francês dos Afars e dos Issas, o pequeno Djibuti voltou a ser nas últimas semanas alvo de cobertura noticiosa, devido a mais um daqueles surtos de violência motivados pela artificialidade de Estados que não correspondem de forma alguma a nações. A guerrilha afar da Frente de Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD) tem procurado pela força das armas fazer valer os direitos de uma comunidade que se considera insuficientemente representada a nível do poder. A França tenta servir de árbitro.

ETIÓPIA

O antigo país do Prestes João e do Negus encontra-se actualmente num período de transição, depois da fuga do Presidente Mengistu Hailé Mariam, em Maio último. A Frente Democrática Revolucionária Popular Etíope tomou o poder em Adis Abeba, enquanto a Frente Popular de Libertação da Eritreia assumia o controlo de Asmara, abrindo assim o caminho a que os eritreus se pronunciem em referendo sobre se efectivamente querem ser independentes, conforme parece. Mas a definição do futuro vai ser longa.

SUDÃO

A Ocidente da Etiópia e a Sul do Egipto, o Sudão é o mais extenso e um dos mais pobres e conturbados países da África, dividido entre um Norte subordinado aos interesses islâmicos e um Sul onde a população é animista ou cristã. A guerrilha liderada por John Garang encarna os anseios das populações sulistas, que desde há muito se sentem escravizadas por Cartum, a capital muçulmana onde há dois anos e meio o ditador Al-Bashir governa com mão de ferro e usa a arma da fome para se manter no poder, apoiado nos fundamentalistas.

Cabinda: com o Congo à perna

InformÁFRICA, N.º 31 • 26 Novembro 91

O REGIME de Luanda adoptou uma estratégia descrita como apaziguadora para lidar com o problema do separatismo em Cabinda, embora sem admitir — pelo menos por enquanto — qualquer contemporização com o cenário de uma independência do enclave. É esta conduta que explica discretos gestos com que Luanda facilitou a recente utilização de um Forum sobre Cabinda em Lisboa.

Nas análises dos estrategos de Luanda os sentimentos separatistas da população de Cabinda, bastante notórios, embora em parte atribuídos aos descontentamentos em relação ao regime do MPLA, existentes noutras partes do país, não podem ser reprimidos como o foram até agora, entre outras razões por condicionantes decorrentes do clima de liberdades que tem estado a ser implantado no país.

Em função destas considerações, a atitude adoptada é a de tolerar o fenómeno do separatismo, embora mantendo-o suficientemente controlado de modo a não atingir níveis a partir dos quais a independência do território se tornaria irreversível. Admite-se que uma melhoria das condições de vida da população, com planos já em curso, contribuirá para fazer entrar o fenómeno em declínio.

O alcance máximo das cedências que Luanda está disposta a fazer é o de reconhecer a Cabinda o estatuto de região (ou Estado) autónomo de governo próprio, mas sem competências políticas nos campos da Defesa e da Política Externa, que continuariam reservados ao poder central.

Nos esforços que tem feito para fazer vingar os seus planos de outorga a Cabinda de uma autonomia suficientemente ampla, mas que preserve ligações essenciais do território a Angola — uma anunciada revisão da constituição poderá já abrir caminho a tal processo — Luanda tem argumentado que será esta a melhor maneira de preservar a identidade própria da população do enclave.

Esta visão do problema é baseada em evidências de acordo com as quais antigos apetites expansionistas do Congo em relação a Cabinda se têm estado a reavivar. O fenómeno conta com conivências entre cabindenses radicados no Congo, que ocupam lugares importantes na sua administração. De uma maneira geral são cabindenses já atravessados pela cultura congolesa, incluindo o uso veicular da língua francesa.

As novas apetências do Congo em relação a Cabinda — o problema já se tinha manifestado na altura da descolonização de Angola — são em larga escala atribuídas às mudanças políticas ocorridas em Brazzaville, mas também a uma questão de oportunidade favorecida pela crise no Zaire. Absorvido pelos seus problemas domésticos, o Zaire não está em condições de dar atenção aos desígnios que também alimenta relativamente a Cabinda, abrindo assim o campo ao Congo.

As ambições do Congo em relação a Cabinda não assentam, pelo menos aparentemente, em projectos expansionistas configurados numa anexação do território. Prefere uma independência do enclave, de modo a vir a exercer sobre Cabinda influências políticas facilitadas pela vizinhança e por aparentamentos culturais, das quais venha a retirar vantagens económicas.

Embora sem que o assunto seja objecto de alarido, têm persistido nos últimos anos litígios fronteiriços entre Luanda e Brazzaville provocados pela delimitação das águas territoriais de Cabinda e do Congo. O problema é agravado pelo facto de nas zonas em disputa haver importantes reservas de petróleo, que não estão a ser exploradas.

Entre as vantagens que o Congo vê numa independência de Cabinda, está justamente aquilo que se considera ser a possibilidade de uma solução para as disputas fronteiriças, que se têm mantido num impasse por Luanda se recusar a ir ao encontro dos interesses do país vizinho.

Há indicações segundo as quais o Congo tenta mobilizar os grupos independentistas cabindenses baseados no seu território, com a promessa de que uma resolução dos diferendos fronteiriços permitiria explorar as reservas petrolíferas numa base de "benefícios mútuos". A importância dada por Luanda a FLEC como sua interlocutora para a questão de Cabinda também reside no facto de a organização (ou as suas facções predominantes) não serem permissivas aos desígnios do Congo.

Em Setembro (Inf. 29, p.4) Luanda reforçou consideravelmente o dispositivo militar que assegura a defesa das fronteiras de Cabinda, actualmente constituído por 11 000 homens. Recentemente foram mesmo deslocadas para o enclave várias esquadrilhas de helicópteros (Mi 24 Hind). Estas medidas surgiram na esteira de informações segundo as quais grupos armados estavam a movimentar-se e a ocupar posições no lado congolês da fronteira de Cabinda. Nestes movimentos foi mesmo assinalada a presença de blindados.

A decisão de Luanda transformou-se no entanto em mais um ponto de discórdia entre o Governo e a UNITA. Enquanto o Governo encara a questão como situando-se no âmbito das suas competências políticas, a UNITA considera, baseando-se no facto de ter havido movimentos de tropas e meios militares, que o problema deveria ser tratado no plano da CCPM.

Com a flexibilidade que actualmente denota no tratamento do problema global de Cabinda o MPLA está também a procurar recompor-se de efeitos nefastos provocados por decisões de um passado recente, que afrontaram elementos cabindenses da direcção do partido. Tais decisões coincidiram no tempo com uma explosão de violência civil no território.

Foram os casos do afastamento de Pedro Tonha (Pedale) e Evaristo Kimba, ambos do CC do MPLA, bem como de Zeferino Cassa Yombo, que perdeu o lugar de ministro dos Petróleos, e de Jorge Tchimpuati, compulsivamente retirado do governo de Cabinda. Em Outubro, no entanto, um cabindês proeminente, Santana André Pitra (Petroff), foi já nomeado vice-ministro do interior e comandante-geral da Polícia. ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 4 DEZEMBRO 1991

Primeira reunião em Luanda

A PARTIR de hoje, a Comissão Política da UNITA promove a sua primeira reunião em Luanda, que é alargada a centenas de militantes e que servirá para o movimento de Jonas Savimbi confirmar que se considera a principal força da oposição ao regime em vigor.

"O ambiente é de congresso, pois todos querem participar nesta reunião" — disse Jorge Valentim, secretário da UNITA para a Informação, segundo o qual de todo o país virão delegados, bem como das representações no exterior.

Até ao fim da semana, vai ser apareciado o desenvolvimento dos acordos de paz assinados em Portugal no mês de Maio e analisada a governação do MPLA, que vai já no seu décimo sétimo ano.

Valentim está visivelmente satisfeito e na recepção do hotel onde se encontra instalado a azáfama é própria das horas que antecedem as grandes realizações.

Quase todos os homens de Savimbi presentes em Luanda para esta reunião magna trajam à civil, o que poderá significar já uma mudança na atitude da UNITA, até há pouco criticada pelos demais partidos da oposição por os seus membros andarem quase sempre fardados e armados.

Há também quem pense que o trajo civil se deve a uma tentativa de evitar incidentes como aquele em que, há semanas, morreu o piloto governamental António Raimundo, "Bruxo".

"Como um parlamento"

Para o porta-voz da UNITA, a "Comissão Política é como um parlamento" e já era tempo de se reunir uma sessão plenária deliberativa para se discutir o caminho percorrido desde os acordos de paz e se traçar "uma nova estratégia para a democratização do país".

Além dos 50 membros efectivos da comissão, participam neste conclave professores, pastores protestantes, sacerdotes católicos e dirigentes tradicionais dos diferentes grupos étnicos, porque "querem ser parte das grandes decisões do movimento".

Jorge Valentim afirmou ao PÚBLICO que nesta conferência não vai ser formado nenhum Governo alternativo, especificamente pronto a assumir a direcção de Angola em caso de vitória nas eleições do próximo ano. Mas logo acrescentou que o seu grupo está pronto a dirigir o país, com "pessoas competentes para reconciliar o povo angolano".

Interrogado àcerca de análises segundo as quais existiria um conflito de gerações na UNITA, entre alguns "históricos" e os jovens quadros, comentou: "Há a participação de todas as gerações num esforço nacional... jovens que nunca conheceram a dominação colonial participaram na luta de resistência e os mais velhos são jovens do ponto de vista político e da visão histórica". ■

Vítor Silva, em Luanda

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 DEZEMBRO 1991

PRD LEGALIZA-SE — O Partido Renovador Democrático (PRD) de Angola, chefiado por Joaquim Pinto de Andrade, apresentou ontem em Luanda os documentos exigidos por lei para se registar como partido político. O PRD rejeita a designação de "terceira força" que lhe é por vezes aplicada, preferindo a expressão "nova força" por recusar o estabelecimento de ordens de grandeza entre os partidos antes de eleições. Até agora, só apresentaram a documentação prevista pela lei dos partidos o MPLA, no poder, já legalizado, e o Partido Democrático Angolano (PDA), cujo processo está em avaliação.

Angola

Savimbi elabora estratégia da UNITA

JONAS SAVIMBI, líder da UNITA, dirige pessoalmente as comissões de estratégia eleitoral e do programa governamental na reunião da Comissão Política do seu movimento que, pela primeira vez, está a decorrer em Luanda, desde quarta-feira e até amanhã.

Savimbi garante que todos os seus apoiantes vão gostar dos resultados, pois vai empenhar-se "a sério, para que se defina um programa com todas as possibilidades de vencer as eleições".

As eleições dominaram grande parte da intervenção de Savimbi na abertura dos trabalhos da Comissão Política, tendo proposto que se realizem entre 25 e 27 de Setembro do próximo ano.

O presidente da UNITA deixou inclusive uma ameaça no ar, ao dizer que o seu movimento não vai ficar de braços cruzados se o regime vigente não cumprir os prazos para as eleições. Depois de anunciar que a conferência deverá tomar uma posição sobre isso, fez uma pausa antes de concluir que esta decisão exclui a hipótese de retorno à guerra.

Em alguns meios políticos angolanos essa frase do ex-líder guerrilheiro foi porém interpretada como a possibilidade de um golpe de Estado. Ou até mesmo — apesar de ele o negar — de um regresso às armas. Para isso, citam o atraso da transferência da direcção da UNITA da Jamba para Luanda, o facto de algumas das principais figuras do movimento permanecerem fora da capital e as denúncias da entrada de armamento em várias cidades do país.

A UNITA insiste muito no assunto das eleições durante a última semana de Setembro de 92 e Jonas Savimbi afirmou que vai convocar os seus representantes na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) para que tratem de saber as razões do incumprimento dos programas acordados.

"Queremos discutir em profundidade e saber o que não avança", pois "não podemos permitir atrasos deliberados" que possam resultar num adiamento das eleições — declarou.

Seguindo uma prática que já vai sendo habitual nas suas intervenções, após o regresso a Luanda, voltou a criticar os chamados partidos emergentes, interrogando-se como podem assumir-se como oposição quando apoiam as medidas do Governo.

A Conferência Nacional Soberana, reclamada por uma parte dos partidos recém formados e também pela FNLA, voltou a não conhecer o apoio da UNITA. Para Savimbi, esta experiência ensaiada em outros países africanos é susceptível de provocar "o descarrilamento do processo que custou 16 anos de resistência e um ano de negociações".

Pouco que se sabe dos debates que a Comissão Política está a ter, até porque os 208 delegados estão divididos por várias salas distantes umas das outras. Alguns trabalham no Museu de História Natural, outros no Centro de Oncologia e outros ainda na sede do movimento, em Luanda. De todos os modos, a avaliação do processo de paz e a temática para a campanha eleitoral são pontos que este órgão da UNITA não deixará em branco.

Hotel ocupado

Outra questão não menos importante é a da instalação definitiva do movimento na capital angolana e noutras cidades do país, onde se colocam dificuldades de obter escritórios para funcionar. No Lobito militantes da UNITA ocuparam à força uma das unidades hoteleiras (Hotel Grão Vasco) e não estão dispostos a abandonar o local, apesar da intervenção das forças da ordem. Savimbi já advertiu que não vai pedir que saiam, porque, "se não lhes dão casas, têm de resolver o problema à sua maneira".

A reunião da Comissão Política da UNITA está a conhecer uma ampla divulgação nos meios de comunicação social estatais, tendo merecido honras de manchete no único diário angolano e aberto o principal noticiário da rádio.

Jonas Savimbi anunciou entretanto que a UNITA vai montar um jornal, "apesar de o 'Jornal de Angola' estar muito melhor", e que desistiu da ideia de uma estação de televisão por ser muito cara, mas que nunca abrirá mão da sua emissora — a Voz do Galo Negro, Vorgan, pois a UNITA precisa de "24 horas de emissão e não dos 15 minutos quinzenais" que o projecto de lei do direito de antena contempla para cada partido. ■

Vítor Silva, em Luanda

EXPRESSO

7 DE DEZEMBRO DE 1991

Angola atrai ***bancos***

A ELEVAÇÃO ao estatuto de sucursais bancárias dos escritórios de representação que alguns bancos portugueses têm em Luanda — Banco Fomento Exterior (BFE), Banco Totta & Açores (BTA) e Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) — é uma possibilidade em debate pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros angolana, reunida esta semana no Lubango (capital da Huíla). Esta transformação e ampliação da actuação, ao abrigo do protocolo de cooperação financeira decidida na recente reunião da comissão mista luso-angolana, é consequência do actual processo de liberalização das operações bancárias e da abertura à banca privada decidida ainda este ano pelo Governo angolano.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE DEZEMBRO DE 1991

UNITA nega-se a respeitar «leis injustas»

José António Santos

Enviado especial

Jonas Savimbi reiterou ontem em Luanda o propósito de o seu movimento não respeitar «as leis injustas» angolanas e, aludindo aos acontecimentos do Lobito, salientou que «o povo da UNITA tem o direito de se manifestar».

O PRESIDENTE da UNITA falava na conferência de Imprensa de encerramento da Conferência Nacional da Comissão Política do seu movimento, com um discurso por vezes ambivalente, mas sempre de extrema dureza quando se tratava de criticar o Governo da República Popular de Angola.

A ambivalência, que surpreendeu observadores internacionais, ficou sobretudo patente quando, por um lado, Jonas Savimbi afirma reconhecer o Governo de Luanda e o Presidente da República até às eleições e, por outro, garante que «as leis injustas não serão respeitadas».

Jonas Savimbi explica este princípio com o facto de as leis angolanas terem sido produzidas «por uma Assembleia Popular eleita por um Comité Central». Neste caso, disse, «quando são injustas, o cidadão pode recusar essas leis». Quanto à questão do reconhecimento do actual Governo de Luanda, Savimbi disse ter a UNITA reconhecido «o Governo porque o Governo também nos reconheceu a nós».

«Não vai haver mais guerra»

Nas conclusões da Conferência Nacional da Comissão Política e no discurso do seu líder, a UNITA proclama solene e repetidas vezes que «não vai haver mais guerra em Angola», mas ontem, em Luanda, Jonas Savimbi garantiu que manifestações como as do Lobito vão continuar. Para o presidente da UNITA, trata-se de um «direito adquirido» nos acordos de paz do Estoril.

E, a propósito, citou «o direito de realizar reuniões e manifestações» que está consignado na alínea D do número 1 do quarto capítulo do Protocolo do Estoril. Antes criticara a intervenção das forças policiais, que, em seu entender, não tinham necessidade de «atirar contra a população».

Quando se tratou de saber se no futuro o próprio líder da UNITA iria impedir a repetição de acções daquela natureza, disse que a pergunta não tinha resposta. «Não sou eu que vou convocar essas manifestações. São os quadros locais que vão manifestar-se. E eu posso garantir que essas manifestações vão continuar.»

No relacionamento futuro com o Governo de Luanda, Jonas Savimbi definiu dois campos claramente distintos. «Vamos dialogar com o Governo para a implementação dos acordos de Bicesse. Nesse diálogo seremos transparentes, firmes e vamos dar toda a cooperação necessária.» No resto, disse, «seremos oposição determinante».

Noutro passo, Jonas Savimbi enfatizou a importância da Comissão Conjunta Político-Militar: «A CCPM é o único instrumento para manter a paz e a democraticidade. Nada, mesmo nada, pode substituir a CCPM.» O presidente da UNITA abrira a declaração inicial da conferência de Imprensa com o pedido de maior coesão aos membros do seu movimento para viverem a «situação crítica» até às eleições.

Sobre a oposição, Jonas Savimbi convidou os partidos emergentes a definirem o lado onde estão. «Se atacam o regime e a UNITA, estão contra quem?» Admitiu o diálogo com outros partidos, mas só depois de se definirem, porque actualmente, como disse, «só a UNITA é autêntica oposição».

Três dias de reflexão com 22 conclusões

A Conferência Nacional da Comissão Política da UNITA aprovou um documento onde se inscrevem 22 conclusões ontem publicamente divulgadas pelo seu responsável para a informação, Jorge Valentim. Metade consubstanciaram críticas ao Governo; cinco são relativas a normas internas, três têm a ver com as eleições; duas encerram declarações de princípios; e uma faz apelo à CCPM.

Nas críticas ao Governo, a UNITA aponta dúvidas sobre a vontade política de o Executivo realizar eleições em Setembro de 1992; responsabiliza-o pela paralisação da CCPM; denuncia manobras para a atribuição da cidadania nacional a estrangeiros; exige medidas para o regresso dos jovens angolanos mantidos em Cuba contra a sua vontade.

Ainda nas críticas, a Conferência Nacional da UNITA recorda ao MPLA a natureza do Governo de gestão até às eleições e diz que quaisquer contratos onde entrem investimentos em sectores não produtivos não serão sequer respeitados; condena as posições sobre Cabinda, cuja solução «só será encontrada no quadro da CCPM», e «exige a retirada de 15 mil soldados das FAPLA» daquele enclave, devendo esses homens e o material de guerra passar para o controlo da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) e da Unavem-2.

Além disso, exige a conclusão do acantonamento dos soldados das forças governamentais; denuncia «a transferência de unidades inteiras das FAPLA para a Polícia» e requer a neutralidade deste corpo; «denuncia a existência de assessores militares soviéticos, cubanos e portugueses nas FAPLA», exige ao Governo a apresentação de todos os acordos e contratos militares na CCPM para a sua reavaliação; e exige igualmente ao Governo e Cruz Vermelha Internacional investigações sobre o paradeiro de «30 mil prisioneiros de guerra» feitos pelo MPLA.

Aconselhável cooperar com oposição

Como normas internas, a Conferência Nacional da Comissão Política recomenda a manutenção de representações da UNITA no exterior até às eleições e recomenda a criação de um jornal do movimento.

A Conferência da Comissão Política da UNITA aconselha também a procura de vias de cooperação com qualquer força política de oposição ao regime; prestou homenagem ao coronel Lourenço Pedro Macanga, «morto pelas FAPLA no dia 30 de Setembro»; e «rejeitou a ideia da realização de uma conferência nacional soberana por ser antidemocrática».

Quanto às eleições, o movimento dirigido por Jonas Savimbi mantém a proposta para que elas se realizem entre 25 e 27 de Setembro do próximo ano; considera ser direito de todo o cidadão angolano o exercício de votar, mesmo os analfabetos; e reconhece idêntico direito aos soldados.

Ao nível dos princípios, o documento da Comisssão Política «exorta todo o povo angolano a acreditar no processo de paz»; e proclama que «a UNITA é pela paz, democracia e justiça social».

Finalmente, a UNITA dirige um forte apelo à CCPM e às forças de paz das Nações Unidas em Angola, a Una-vem-2, com vista à neutralização dos ramos da força aérea e da marinha das FAPLA.

A paz está por um fio

Vítor Silva, em Luanda

A troca de tiros sexta-feira registada no Lobito poderá levar, uma vez mais, ao entrave dos trabalhos da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que nos últimos dois meses apenas efectuou uma reunião plenária. A paz em Angola parece preso por um fio.

A situação no Lobito era ontem calma, depois dos incidentes que na véspera deixaram quatro mortos e perto de 30 feridos. As forças policiais levantaram o cerco e os simpatizantes e militares da UNITA voltaram a ocupar os edifícios que tinham dado origem ao confronto.

No entanto, as movimentações a que se assiste em Luanda e nas proximidades indicam que o assunto está longe de haver sido encerrado e que em qualquer altura poderá eclodir uma onda de violência sem precedentes nestes últimos seis meses, desde que o Governo e a UNITA concordaram na assinatura dos acordos de paz.

O secretário-geral da UNITA, general Alicerces Mango, disse ontem na capital que a sua organização não vai dar ordens aos militantes para que abandonem os locais ocupados, tendo responsabilizado as autoridades pela situação criada.

Ao falar em conferência de imprensa, o antigo representante de Jonas Savimbi em Portugal afirmou que os imóveis em causa pertencem ao seu movimento, mas que os documentos comprovativos desapareceram durante os anos em que se andou em guerra. E a conservatória do registo predial no Lobito alega desconhecer que alguma vez tais prédios hajam sido adquiridos pela UNITA.

Mango acusou as forças governamentais (FAPLA) de terem cercado efectivos do seu grupo (FALA) na província de Benguela; e negou que estes últimos se tenham movimento das áreas de acantonamento em direcção ao Lobito.

Aproveitou ainda a ocasião para denunciar que a casa onde Jonas Savimbi se instalou durante a sua recente visita ao Bié estava armadilhada, atribuindo ao secretário-geral do MPLA, Marcolino Moco, a responsabilidade dos acontecimentos mais recentes, por há dias ter dito que o partido no poder iria tomar uma atitude dura para com a UNITA.

O certo é que, apoiados pelos seus dirigentes, os militares e militantes da UNITA poderão alargar este tipo de acção a outros locais do país. Fontes em Benguela dizem que a polícia se retirou para "evitar problemas maiores", já que havia a informação de que um grupo de 300 elementos da guerrilha de Savimbi estava a movimentar-se da área de Chingongo, no município de Balombo, para o Lobito.

O grupo — que segundo algumas informações teria recebido ordens do chefe do Estado-Maior das forças da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben" — ficou aparentemente retido na região do Pundo, a 30 Km do Lobito, porque um pouco mais à frente, em Culango, estaria concentrado um efectivo das FAPLA.

Receia-se o pior

A situação ontem no Lobito era calma, mas muitas pessoas preferiram dormir em Benguela (a algumas dezenas de quilómetros), com receio do pior. Os militares da UNITA cercavam o bairro "28 de Maio", vulgarmente conhecido como zona comercial, ocupando algumas posições anteriormente utilizadas pela polícia, mas os seus responsáveis descartaram qualquer hipótese de avançar para outros sectores da cidade.

A Organização Médicos Sem Fronteiras esteve a colaborar no tratamento das pessoas feridas na sexta-feira, algumas das quais foram transferidas do Lobito para Benguela.

O Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas considerou entretanto "falsas, falaciosas e desonestas" as acusações do responsável da UNITA pelo pelouro da informação, Jorge Valentim, segundo as quais os efectivos governamentais teriam atacado com meios aéreos "cidadãos indefesos".

Os militares negaram qualquer envolvimento nos acontecimentos de sexta-feira, dizendo que isso era tarefa da polícia, mas a acusação foi ontem repetida por Alicerces Mango.

Observadores na capital angolana consideram que os incidentes poderão repetir-se noutras regiões do país, onde em ocasiões anteriores já houve tentativas de ocupação à força de edifícios públicos e privados, como no Huambo. E o representante do Governo na comissão mista de fiscalização, general Fiel da Conceição, "Gato", que ontem se deslocou ao Lobito, observou que tais incidentes poderão afectar o processo de paz.

No Golungo Alto, província do Kwanza-Norte, 40 elementos da UNITA estão sitiados pela população desde há alguns dias, por terem sido surpreendidos a rasgar propaganda afecta ao partido no poder.

Algumas das novas forças políticas de Angola reagiram aos acontecimentos do Lobito criticando a UNITA, mas não deixando também de atribuir responsabilidades ao Governo e de insistir nos perigos da bipolarização da cena angolana.

O episódio sangrento ofuscou por completo a reunião alargada da Comissão Política da UNITA que ontem ao fim do dia terminou em Luanda e que serviu para uma insistência em que as primeiras eleições multipartidárias deverão realizar-se no mês de Setembro do próximo ano.

Mesmo que tal não seja a vontade política do Governo, "a Comissão Política da UNITA garante que haverá eleições nessa data" — diz o comunicado, de 22 pontos, ontem à noite distribuído na capital, ao fim de três dias de trabalhos.

Outra das resoluções da reunião exige a retirada dos soldados destacados na província de Cabinda, onde está em curso uma guerrilha favorável à respectiva independência. E uma terceira pede o regresso dos estudantes angolanos que se encontram em Cuba. ■

Mortos e feridos no Lobito

Vítor Silva,
em Luanda

O sangue voltou ontem a correr em Angola, onde um reacender de hostilidades entre o MPLA e o grupo de Jonas Savimbi poderá colocar em perigo o calendário existente para que as primeiras eleições gerais multipartidárias se efectuem entre Setembro e Novembro do próximo ano.

Dois mortos e 25 feridos é o resultado provisório da troca de tiros entre elementos da UNITA e forças da polícia, quando estas pensavam desalojar os primeiros dos imóveis ilegalmente ocupados na cidade do Lobito.

A polícia cercou a baixa lobitense nas primeiras horas do dia de ontem e, utilizando jactos de água e viaturas de bombeiros, procurou que os ocupantes ilegais de alguns imóveis, entre eles um hotel, os abandonassem. Os elementos da UNITA reagiram e começou uma troca de tiros que viria a repetir-se já ao fim da manhã, com um balanço que algumas fontes chegaram a cifrar em quatro mortos e perto de 30 feridos.

Jorge Valentim, secretário da informação da UNITA, convocou a imprensa em Luanda para noticiar que forças governamentais heli-transportadas teriam atacado militantes da UNITA no Lobito, havendo a lamentar quatro mortos.

Aquelas declarações foram porém desmentidas por alguns relatos dos moradores das redondezas dos edifícios ocupados, moradores que afirmam não ter visto nenhum dos quatro helicópteros M-I8 que Valentim evocou.

Os testemunhos radiodifundidos dizem que a meio da manhã passou um helicóptero "Alouette" da companhia petrolífera e que as forças que estavam a cercar aquela parte da cidade eram da polícia e não do Exército (FAPLA).

Hospital sem capacidade

O hospital local não tinha capacidade para atender a todos os feridos que para lá se dirigiram. O seu director lançava apelos para ajuda em soro e sangue, pois alguns dos feridos encontravam-se em estado grave, apresentando todos eles vestígios de balas.

Os incidentes paralisaram toda a cidade portuária, na qual termina o Caminho de Ferro de Benguela, que atravessa longitudinalmente o país e tem ramificações tanto para o Zaire como para a Zâmbia. Serviços e empresas não funcionaram e nas escolas as professoras mandaram os alunos recolher a casa.

Representantes da Unavem 2, a missão de verificação das Nações Unidas, reuniram-se com os membros do sub-grupo regional do Lobito da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF), que integra elementos das FAPLA e da UNITA, para tentar encontrar uma solução para o caso. E uma delegação da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) vai hoje ao local dos acontecimentos, a fim de estudar o assunto.

O comissário provincial do Lobito, José Manuel Moreno, e o governador provincial de Benguela, Paulo Jorge, antigo ministro das Relações Exteriores, apelaram à calma da população, considerando a acção da UNITA "ilegal, irresponsável e violenta", ao mesmo tempo que advertiam os ocupantes para se retirarem voluntariamente.

Os elementos da UNITA ocuparam um hotel, a delegação do Ministério do Trabalho, a redacção do jornal "Quilamba" e dois armazéns na terça-feira. Relatos de moradores dão conta de que se registaram actos de saque, principalmente no armazém pertencente a uma abastecedora de navios, e que os elementos da UNITA teriam delapidado viaturas e montras nas redondezas dos edifícios ocupados.

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, havia afirmado na abertura da reunião da Comissão Política — que hoje termina em Luanda — que não iria pedir aos seus militantes que abandonassem os edifícios, atitude que de certo modo teria sido entendida como um estímulo à ocupação.

A falta de instalações para a UNITA tem sido um problema desde a sua vinda para as cidades. Um pouco por todo o país há casos de ocupações ilegais e apenas em Luanda não se têm registado incidentes deste tipo.

Os acontecimentos do Lobito ofuscaram completamente os trabalhos da Comissão Política da UNITA, que está a "discutir o caminho percorrido desde os acordos de paz" de há seis meses e a traçar uma nova estratégia para a democratização de Angola.

Além dos 50 membros efectivos da Comissão, participam nos trabalhos professores, pastores protestantes, sacerdotes católicos e dirigentes tradicionais das diferentes etnias.

O socialista português João Soares também foi convidado a estar presente nesta reunião magna da UNITA, mas devido a outros afazeres não pôde deslocar-se nesta altura a Luanda, admitindo fazê-lo numa próxima oportunidade.

No primeiro dia, Jonas Malheiro Savimbi manifestou todo o interesse em que as eleições se efectuem entre 25 e 27 de Setembro, dizendo que o seu movimento não ficaria de braços cruzados se acaso o regime tentasse protelar os prazos previstos para a primeira ida às urnas. ■

O JORNAL 6.12.1991

Bancos lusitanos em Angola

A Comissão permanente do Conselho de Ministros de Angola analisou esta semana no Lubango, capital da Huila, a eventual abertura, neste país, de sucursais de três bancos portugueses, segundo noticiou a RNA-Rádio Nacional de Angola.

De acordo com fonte não oficial, a abertura das sucursais bancárias portuguesas poderá ser concretizada no âmbito de um protocolo de cooperação financeira, em termos saídos da recente comissão mista luso-angolana.

A mesma fonte adiantou que esse protocolo abrange as representações de três bancos, designadamente do BFE-Banco de Fomento Exterior, BTA-Banco Totta e Açores e do BESCL-Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, que já se estão instaladas em Luanda e que podem vir a assumir o estatuto de sucursais bancárias.

Esta ampliação e transformação de actuação poderá concretizar-se ao abrigo da liberalização das operações bancárias e abertura à banca privada, decidida este ano pelo governo de Angola.

SEMANÁRIO
7 DEZ 91

Petrogal angolana

A Petrogal iniciou a produção própria de petróleo bruto, num campo situado no *offshore* angolano. A nova unidade, que se situa a 25 quilómetros ao largo da costa (a água tem naquele local uma profundidade média de 41 metros) deverá produzir entre 4 mil e 6 mil barris por dia. A Petrogal participa com 10 por cento no grupo empreiteiro que opera o bloco. Os outros membros do grupo são a Agip–Angola, que é o operador e tem 50 por cento do total; a ELF Aquitaine, com 25 por cento; e, finalmente, a Inaftagas e a Naftalplin, cada uma com 7,5 por cento.

Empresários de língua portuguesa estudam investimentos em Angola

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 DE DEZEMBRO DE 1991

O vice-ministro do Comércio angolano para a Hotelaria e Turismo, Paulino Batista, foi convidado para participar nesta iniciativa, durante um encontro em Luanda com uma delegação da GELPAA. Nesse encontro, Paulino Batista estava acompanhado pelo director-geral do Comércio, director-geral das Relações Comerciais Internacionais e o director do Planeamento Turístico e Hoteleiro do Governo de Angola.

Regista-se que a situação industrial de Angola foi exposta aos empresários portugueses da África do Sul pelo vice-ministro Arão Simões de Almeida durante uma reunião realizada naquele departamento governamental. Embora não estivesse prevista inicialmente a presença do ministro daquela pasta no encontro, Justino José Fernandes abreviou uma reunião para trocar algumas impressões com os componentes da missão do Grémio de Empresários Portugueses.

Os visitantes também foram recebidos pelo secretário de Estado da Energia, António Joaquim Quelhas Mota, e pela directora do Gabinete de Investimento estrangeiro, Maria Luísa Abrantes, a qual traçou uma panorâmica do investimento estrangeiro em Angola, abordando as condições e as perspectivas sectoriais.

Assinala-se que são consideradas áreas prioritárias para o investimento estrangeiro em Angola a produção agro-pecuária e indústria alimentar, extracção mineira, pescas e derivados, indústria ligeira e indústria de materiais de construção.

Aos investidores estrangeiros, conforme foi mencionado, são atribuídos direitos e garantias, como a repatriação dos lucros e do capital investido no caso de liquidação ou venda da empresa, indemnização no caso de nacionalização e acesso às fontes de financiamento local.

Também foi visitado o Gabinete de Redimensionamento Empresarial, onde houve uma troca e impressões com o chefe do Departamento de Análises, Walter Silva, e o assessor jurídico, Joaquim Magalhães.

Saliente-se que, de acordo com a legislação em vigor em Angola, estão a ser objecto de redimensionamento — com abertura à iniciativa privada através do concurso público, concurso limitado ou ajuste directo — as unidades económicas estatais, as empresas de capitais estatais constituídas nos termos da lei constitucional, as empresas em que o Estado ou empresas estatais detenham uma parte do capital social, as empresas com capitais do Estado e capitais estrangeiro constituídas ao abrigo da Lei do Investimento Estrangeiro e as empresas privadas que tenham sido objecto de intervenção estatal ao abrigo do decreto publicado em 1975.

Presidido pelo empresário Horácio Roque, o GELPAA foi constituído a 27 de Outubro de 1990, com a assinatura do protocolo formal em Joanesburgo. O Grémio de Empresários de Língua Portuguesa da África Austral é uma organização cujos objectivos são desenvolver uma acção de cooperação entre empresários das comunidades e países de expressão portuguesa nos sectores de intercâmbio cultural, tecnológico e económico.

É nessa finalidade que se efectuou a deslocação a Luanda da primeira missão de empresários industriais e comerciais portugueses radicados na África do Sul. A comitiva da GELPAA teve quatro dias de contactos com entidades governamentais angolanas, tendo um porta-voz da instituição declarado que «dois industriais portugueses vindos de Angola, que se estabeleceram na África do Sul há 16 anos, logo após a eclosão da turbulência política no território, estão a considerar retomar as suas actividades empresariais naquele país, recuperando as antigas instalações e alvarás, sem, contudo, abandonarem os empreendimentos já desenvolvidos no mercado sul-africano».

O primeiro caso é o do empresário António Faustino, da Faiarte Ceramics, que apresentou em Luanda algumas peças produzidas no seu complexo industrial de Rustenburg. Foi recebido com muita simpatia e teve a promessa de entidades ministeriais de renovação do seu alvará e concessão de terreno para a construção de uma nova fábrica.

Este industrial visitou as suas antigas instalações em Luanda, que considerou encontrarem-se num estado de degradação difícil de recuperar.

«Com nome feito em Angola, a Faiarte teve as suas obras de cerâmica decorativa elogiadas pelos ministros angolanos, os quais viram nelas grande potencial de exportação», sublinhou o porta-voz do Grémio. O momento mais emocionante da digressão foi vivido pelo industrial José Veloso, proprietário da Malvern Timekeeper/Ourivesaria Rio D'Ouro, em Joanesburgo, que entregou oficialmente em Luanda o pedido de devolução da sua antiga empresa, uma indústria de joalharia em Benguela, que se encontra em laboração. «Aquela unidade era a única que trabalhava ouro português em África e possuía uma avançada tecnologia no fabrico de jóias, dispondo já nessa altura de capacidade exportadora.»

Os dirigentes do GELPAA visitaram o delegado da TAP em Luanda, Luís Domingues, que anteriormente exercera idênticas funções em Joanesburgo.

A delegada do ICEP em Luanda, Élia Rodrigues, dispensou também o maior apoio à missão empresarial do Grémio, tendo dirigido uma reunião de esclarecimento aos seus componentes e fornecido documentação de interesse para as empresas que projectem desenvolver relações comerciais com Angola ou ali estabelecer escritórios de representação.

Industriais do calçado investem em Angola

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 5 DEZEMBRO 1991

A APICCAPS, associação que congrega os industriais portugueses do calçado, vai realizar a curto prazo um estudo sobre as potencialidades do investimento em Angola. Posteriormente, e de acordo com o diagnóstico resultante do estudo, serão definidas formas concretas de intervenção, que, numa primeira instância, passarão pela realização de uma missão empresarial a Luanda no decorrer do próximo ano. Toda esta estratégia resulta do "grande interesse" manifestado pelos industriais em investirem em Angola, havendo para já "cerca de uma vintena de empresas" à espreita das potencialidades daquele mercado, segundo Manuel Carlos, secretário geral da APICCAPS.

A intenção manifestada pelos empresários traduz a necessidade da indústria portuguesa do sector em "fazer um percurso semelhante às grandes empresas europeias", que abandonaram progressivamente os países do origem à procura de menores custos de produção. Com o aumento da concorrência das produções originárias dos países do Extremo Oriente e da América Latina junto dos grandes mercados importadores, a indústria portuguesa procuraria com a produção em Angola a competitividade dos preços que hoje em dia se torna inviável em Portugal. O interesse manifestado pelos empresários, que para já não tornam públicas as suas intenções particulares, procuraria também alargar os mercados actuais para o continente africano, onde os actuais preços da produção portuguesa impedem a conquista de quotas significativas.

O resultado desta intenção veiculada pela APPICAPS insere-se na actual conjuntura dos mercados externos, onde a concorrência se aperta pela produção italiana e espanhola, nos segmentos mais exigentes do mercado, e pela produção dos países do Extremo Oriente nas gamas mais baixas. Cerca de 200 empresários tiveram ontem possibilidade de constatar esta situação no decorrer da apresentação de um estudo realizado pelo ICEP, em cooperação com a APICCAPS e o PEDIP. Versando dez mercados, o estudo tem como um dos objectivos principais "suscitar a curiosidade dos empresários sobre a realidade externa", nas palavras de Pedro Almeida, presidente do ICEP. Nos próximos tempos outros mercados serão objecto do estudo dos técnicos do ICEP, onde o Japão aparecerá como um dos principais centros de interesse ■

Manuel Carvalho

Feira do Livro Português em Luanda

12

Oferta pequena, procura grande

PÚBLICO
SÁBADO, 7 DEZEMBRO 1991

Vítor Silva em Luanda

Trinta e cinco mil obras serão postas à venda durante a terceira edição da Feira do Livro Português em Luanda, que começou ontem no Palácio dos Congressos da capital angolana. O número de livros, igual ao da edição anterior, é manifestamente insuficiente para a grande afluência que realizações destas costumam registar em Angola.

No entanto, para Silva Pereira, adido cultural português em Luanda, a Feira não poderá substituir a comercialização livreira em Angola, sendo apenas uma amostra de alguns dos muitos títulos em português, longe de poder satisfazer as grandes carências que se verificam em todos os géneros, desde a ficção ao técnico-científico, passando pelos dicionários, prontuários e gramáticas. A questão, aliás, poderá conhecer novos avanços devido a medidas económicas recentemente anunciadas pelas autoridades de Luanda que estimulam a economia de mercado. Um grupo de editores e livreiros portugueses encontra-se desde segunda-feira na capital angolana para encetar novos contactos para comercialização dos títulos por si produzidos.

A edição deste ano da feira do livro português tem como inovações quer a existência de um pavilhão conjunto da União dos Escritores Angolanos (UEA) e do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), quer o próprio local de exposição e venda das obras. Na primeira edição foi utilizado o "stand" da Casa Americana, enquanto na segunda, há dois anos, os jardins do parque da Liberdade. Qualquer destes locais demonstraram ser exíguos para a avalancha de interessados que para lá se deslocou, havendo inclusive necessidade de se chamar forças militarizadas para impor a ordem.

Agora, no Palácio dos Congressos, serão utilizados os jardins do edifício onde habitualmente se realizam os grandes eventos políticos e sociais em Luanda. O espaço é pequeno, mas os organizadores acreditam que a solenidade da casa permita manter a ordem necessária para que os visitantes adquiram as suas obras sem as habituais confusões.

Quarenta editoras são responsáveis pelos 35 mil volumes que correspondem a 800 títulos de 1100 autores. Os pavilhões serão temáticos, havendo os de literatura portuguesa, traduzida, africana de expressão portuguesa, de dicionários, gramáticas e prontuários, ciências sociais, técnica e infanto-juvenil. De uma maneira geral, as obras esgotam-se todas, sobretudo as ligadas ao ensino e aos jovens numa altura em que se aproximam as festas de fim-de-ano, em que oferecer um livro pode ser uma boa alternativa para quem tem dificuldades em adquirir brinquedos pelos altos preços em que eles se encontram no mercado.

Os livros serão vendidos a preços acessíveis numa média que varia entre os dois mil kwanzas novos (cerca de 400 escudos no mercado livre de divisas) e os cinco mil. Os organizadores — INALD, Embaixada de Portugal, Direcção Geral de Cooperação e Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) — não tiveram em conta a recente desvalorização da moeda angolana nem a onda inflacionista que a acompanhou. Segundo Silva Pereira, os livros são adquiridos em Portugal a preços reduzidos através do Fundo Cultural do IPLL, sendo a receita entregue na sua totalidade ao INALD, que garante aplicá-la — assegura o seu director Arnaldo Santos — no financiamento de várias obras culturais.

Os alunos da escola portuguesa em Luanda estão encarregues das vendas, com a ajuda de outro pessoal mobilizado pelo INALD. A circulação de alguns jornais portugueses em Angola tem levado a uma melhor conhecimento das obras que são editadas em Portugal, mas só a abertura do Centro Cultural Português poderá satisfazer o interesse que os angolanos mostram pela literatura em português. Silva Pereira garante que o centro estará aberto em 1992 e que a sua biblioteca disporá de uma gama variada e rica de títulos para consulta diária dos interessados. Afirma ainda que é intenção da embaixada promover no futuro feiras mais técnicas e especializadas, sobretudo fora da capital angolana, podendo a sua periodicidade ser semestral.

No ano passado, a Feira não se realizou devido ao facto de coincidir com a mudança na direcção dos serviços culturais da embaixada portuguesa em Angola.

Além dos livros, os leitores angolanos e portugueses aqui radicados terão oportunidade de contactar com os escritores João de Melo e Clara Pinto Correia. Os dois escritores, além da sua presença na Feira, manterão outros contactos e animarão algumas debates na União dos Escritores Angolanos (UEA).

O facto de o director-geral português da Cooperação, Fernando Anderson, se deslocar a Luanda por ocasião da Feira possibilitará contactos com as autoridades, por forma a "olear" os circuitos de comercialização do livro português em Angola. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1991

IROMA concorre ao mercado angolano

O INSTITUTO Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA) entregou, há cerca de uma semana, ao Ministério da Agricultura angolano, uma proposta de participação no processo de reestruturação e dinamização do sector agro-alimentar, designadamente na pecuária.

Esta proposta tem como ponto de partida a tomada de posição, por parte das empresas participadas pelo IROMA, na Frescangol, empresa angolana que suporta toda a importação de bens perecíveis.

"O projecto de intenções que o IROMA entregou ao Governo de Luanda engloba uma série de estruturas" referiu ao PÚBLICO Branco Rodrigues, presidente deste organismo, adiantando que o maior trunfo da proposta reside no facto de "dar uma visão de conjunto".

Para além da recuperação de quatro matadouros desactivados, o IROMA pretende reactivar o circuito de distribuição, nomeadamente para o interior, e dinamizar a produção de gado bovino. "Angola é um potentado no sector das carnes", considera Branco Rodrigues, "e a proposta do IROMA é, no fundo, o retomar do projecto da Junta de Produtos Pecuários".

Neste projecto, o IROMA irá assumir uma função de dinamização e coordenação. As tomadas de participação, quer na Frescangol que deverá ser privatizada no primeiro semestre de 1992, quer noutras empresas, ficarão a cargo das empresas participadas pelo instituto, em conjunto com empresários portugueses do sector das carnes interessados em Angola.

Quanto a verbas, as informações são escassas. A Frescangol ainda não foi alvo de uma avaliação e caso o projecto do IROMA seja aceite pelo Governo de Luanda são esperados financiamentos da parte do Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento, entre outras instituições de crédito.

Para o presidente do IROMA, esta é a altura certa para regressar a Angola, uma vez que "quando estiverem totalmente normalizadas as relações de Luanda com a África do Sul, será muito difícil a penetração no mercado". No sector das carnes, a perspectiva é diferente, afirma Branco Rodrigues, não só pelos angolanos manifestarem a sua preferência pelo "know-how" dos técnicos portugueses como também pelo facto de a África do Sul ser deficitária neste campo. ■

Uma proposta para debater

A IRREDUTIBILIDADE de posições manifestada pelas delegações do Governo de Luanda e da UNITA no seio da CCPM deixou de mãos atadas os chefes das delegações dos países observadores, que se preparavam para formalmente reunir na quarta-feira o plenário da CCPM, intenção inviabilizada no final da reunião de chefias, dado o desacordo das partes.

Mesmo assim, António Monteiro, Jeffrey Millington, Vladimir Petukhov e o general Unimna não parecem desanimados e pressionam as delegações do Governo e da UNITA para uma plataforma de entendimento. Em contactos informais têm passado ideias contidas numa proposta que querem apresentar em reunião formal da CCPM para que fique devidamente registada em acta. Basicamente, tanto quanto nos foi dado apurar, propõe-se um conjunto de medidas a serem adoptadas até ao dia 20 por forma a obviar-se o atraso registado no calendário dos Acordos de Paz do Estoril.

Nessas medidas os observadores propõem esquemas para a melhoria do acantonamento de tropas em ordem à desmobilização. O acantonamento tem trazido alguma preocupação devido às deficientes condições nas áreas de localização. As FALA revelaram uma melhor adaptação pela sua experiência guerrilheira de muitos anos na mata, o que não tem acontecido com os contingentes das FAPLA. Também o armamento existente nas áreas de localização causa preocupações, devendo o mesmo ser confiado à guarda de estruturas das comissões de verificação e fiscalização do cessar-fogo, que posteriormente o confiará às Forças Armadas de Angola.

Os observadores e o comandante da Unavem estão também preocupados com a fiscalização e controlo. Por isso desejam que as partes encontrem maneira de acantonar os soldados que ainda não se encontram nessa situação e procedam ao controlo do armamento por forma a desmilitarizarem as cidades. Fontes contactadas pelo DN garantiram-nos que a este propósito são apresentada propostas concretas para um programa de fiscalização da Unavem.

Quanto às eleições, os observadores consideram conveniente que as partes se ponham de acordo sobre a data e sobre as leis eleitorais, para se iniciar o processo de assistência da ONU.

Desejam também os observadores aprovar os documentos relativos à formação das Forças Armadas de Angola e iniciar a instrução no Huambo. Nesta cidade, os instrutores militares portugueses aguardam a chegada dos instruendos há cerca de três semanas. Mas o processo continua paralisado.

Do mesmo modo, os observadores propõem esquemas para a efectiva neutralidade da Polícia e para a extensão da Administração central a todo o território nacional a fim de se garantir, a partir do dia 15, a livre circulação de pessoas e bens em todo o país. São estas as questões que os membros das delegações de observadores se esforçam por fazer chegar até às partes para se obter um acordo urgente.

Encontro a alto nível parece inevitável

Mas esse acordo parece não ser possível obter-se sem que antes Eduardo dos Santos receba Savimbi. O líder da UNITA está em Luanda, encontrou-se, em Outubro, com o Presidente da República, mas desde então não voltaram a falar. A evidência da necessidade deste diálogo não precisa de grandes justificações nem complexas análises. Ambos são subscritores de um acordo de paz. O processo está em marcha. Se há dúvidas ou subsistem problemas porque não tentar resolvê-los pessoal e directamente?

Diz-se, em Luanda, que o diferendo em torno da morte do capitão Bruxo, os incidentes do Lobito e um certo comportamento da UNITA entre a fronteira do reconhecimento da autoridade do Governo e a sua contestação permanente, mais não são do que as peças de *puzzle* onde a UNITA tenta alicerçar uma situação de preponderância relativamente à posição do Governo. Um braço-de-ferro e um constante medir de forças em permanente desconfiança mútua.

Tudo isto, dizem ainda observadores em Luanda, configura um clima de pressão da UNITA para forçar um encontro de Eduardo dos Santos com Savimbi.

A paz, porém, não se constrói, nem muito menos se consolida, através do enfraquecimento da posição de qualquer uma das partes. O enfraquecimento de uma, longe de causar o fortalecimento da outra, só contribuirá para complicar o processo de paz. Isto mesmo é compreendido e aceite como adquirido entre os membros observadores da CCPM. Falta apenas que o Governo de Luanda e a UNITA o percebam. Ou não?

J.A.S.

InformÁFRICA, N.º 31 • 26 Novembro 91

Angola: ELF pressionada

O PRESIDENTE **Mitterrand** recomendou recentemente à **ELF** que usasse de um maior **comedimento** nas suas ligações com **Angola** de modo a preservar os seus interesses no futuro, seja qual for a evolução que o actual processo político no país venha a conhecer. A diligência foi determinada por evidências de ligações da **ELF** ao regime do MPLA consideradas **exorbitantes**.

Jonas Savimbi, o líder da **UNITA**, tem-se queixado às autoridades francesas do carácter considerado pouco ortodoxo de operações e interesses da ELF em Angola e manifestou isso mesmo ao próprio PDG da empresa, **Luik Pringeant**, que o foi visitar a **Bruxelas**, em **Maio**. Em **Outubro**, nos **EUA**, Savimbi lamentou publicamente que uma companhia petrolífera (referência indirecta à ELF) tenha entregue "ao MPLA" **300 milhões** de dólares destinados a financiar a sua campanha.

Informações mais precisas sugerem que tal entrega ao Governo, na verdade **400 milhões**, foi feita a título compensatório pela venda à ELF de uma parcela de **10 por cento** da participação da **Sonangol** na **Cabinda Gulf**, que era de 51 por cento. A operação, que provocou reacções **negativas** por parte da **Chevron**, que detém os **49 por cento** restantes do capital da Cabinda Gulf, foi directamente negociada entre o Presidente **José Eduardo dos Santos** e o director financeiro da ELF, **Jacques Sigolet**.

Em meados deste ano a ELF tinha já feito um avanço de **100 milhões** de dólares ao Governo de Luanda para serem aplicados em "projectos de alcance social". Mais tarde, na sequência de uma peripécia que fez com que o **Banco Nacional** usasse o dinheiro para resolver obrigações urgentes do serviço da dívida (Inf. 29, p.3), foi feito um novo avanço de **50 milhões** de dólares. Aparentemente tais avanços são feitos sobre "royalties" e sobre a produção que a ELF comercializa directamente.

Em Luanda, com tentáculos na própria classe dirigente, há um lobby anti-ELF que não só contesta o favoritismo reconhecido à empresa francesa, como relaciona isso com interesses pouco transparentes. Insinua-se que a ELF se **intromete** na política do país e contestam-se deferências consideradas **excessivas** dos dirigentes em relação à empresa.

Uma polémica interna que atinge também a ELF é a **sobreprodução** a que alegadamente submete os poços de petróleo que explora como operadora. O facto deve-se no entanto a **pedidos** do regime, que encontra assim um escape para os seus problemas financeiros. Como reflexo de tal sobreprodução, as reservas de poços da bacia do Zaire ficarão esgotadas dez anos **antes** do tempo previsto.

Porventura como resultado de reajustamentos na política da ELF influenciados por pressões de Mitterrand, o actual director da ELF-Angola, **Ferdinand Poemboeuf**, está em vias de ser substituído. Prevêm-se também outras mudanças em departamentos da empresa que intervêm nas operações com Angola. ■

Nações Unidas vão analisar pedido de apoio às eleições angolanas

O Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá reunir-se, esta semana, para analisar o pedido do Governo angolano de apoio ao processo eleitoral de 1992.

Os militares da UNITA regressaram ao seu acantonamento, após risco de confronto com as FAPLA

O EMBAIXADOR angolano junto da ONU, Afonso Van Dunem, «M'binda», entregou, na quinta-feira, ao secretário-geral, Perez de Cuellar, duas mensagens do Governo angolano, pedindo não só assistência técnica para o processo eleitoral como também o envio de observadores internacionais.

O pedido foi encaminhado para a presidência do Conselho de Segurança, que, por sua vez, convocara o Conselho, órgão ao qual compete decidir sobre o envolvimento da ONU no processo eleitoral angolano.

Por outro lado, mais de 200 militares da UNITA regressaram ontem ao seu acantonamento, em Chingongo, após risco de confronto com soldados governamentais e após as forças da ONU e de a verificação do cessar-fogo terem vistoriado o hotel do Lobito, ocupado por militantes do movimento.

A avançada dos guerrilheiro das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), na sexta-feira, do seu local de acantonamento de Chingongo, a mais de 70 km da cidade de Lobito, criou o risco de confronto com um contingente das forças governamentais (FAPLA) no Lobito.

As FALA iriam em apoio de militantes seus, que teriam sido atacados pela Polícia no Hotel Grão-Tosco, antiga sede do movimento de Savimbi, no Lobito.

Desde meados de Maio, após o acordo de paz mediado por Portugal, que não se registam choques armados entre grupos de militares dos dois exércitos angolanos, que estiveram envolvidos numa guerra de 16 anos. Segundo fonte governamental, as FALA terão 1060 homens no Chingongo e as FAPLA cerca de seis mil no seu quartelamento no Lobito.

Uma visita de emergência à área pelas duas partes da Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) do cessar-fogo esteve prevista para sexta-feira, mas somente uma delegação governamental fez, entretanto, contactos com os seus representantes e os observadores do processo de paz.

O general Cristóvão Gato, chefe do sistema de verificação do processo de cessar-fogo por parte do Governo, disse ontem que as FAPLA tinham feito avançar «poucas» das suas tropas na área, mantendo-as sempre no perímetro de dez quilómetros de segurança obrigatório, em redor do quartel. Em contrapartida, as FALA tinham avançado até 30 a 35 quilómetros do Lobito.

IROMA propõe investimento em Angola

O JORNAL 6.12.1991

O Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA) propôs recentemente ao governo de Luanda participar no processo de reestruturação e dinamização do sector agro-alimentar angolano, designadamente na pecuária.

O projecto apresentado pelo Iroma, que tem como ponto de partida a Frescangol, passa pela sua participação financeira num conjunto integrado de empresas mistas já existentes e a constituir naquele país, tendo em vista a revitalização dos circuitos comerciais agro-alimentares e do próprio sector produtivo.

No domínio do sector produtivo o IROMA aponta para o aproveitamento dos recursos naturais do Planalto de Camabatela, onde seria implantada uma unidade de produção de reprodutores de qualidade e de gado de carne.

A proposta apresentada pelo IROMA a Luanda prevê ainda a completa retoma da distribuição de produtos perecíveis e a dotação dos matadouros regionais de meios de gestão autónoma e de infraestruturas capazes de operarem todas as fases da industrialização da carne.

Director-geral da Cooperação em Luanda

PÚBLICO SÁBADO, 7 DEZEMBRO 1991

O DIRECTOR-GERAL da Cooperação, Fernando Andersen, está desde ontem em Luanda, para contactos com autoridades angolanas, na perspectiva do aprofundamento da colaboração bilateral. Trata-se de "uma visita de rotina", na sequência das efectuadas por Cavaco Silva e Durão Barroso, declarou Andersen, para quem "a cooperação tem vindo a desenvolver-se", esperando-se que "continue nas áreas social, cultural, administrativa, educacional e académica". Ontem à tarde, o director-geral da Cooperação inaugurou a X Feira do livro português em Luanda, com mais de 50 mil exemplares de obras nacionais. Está, entretanto, programado um encontro com o cardeal Alexandre Nascimento, "com quem — segundo Andersen — temos esplêndidas relações", que servirá, "também, para o reconhecimento do papel da Igreja na educação em Angola".

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1991

121 contra "Nino" Vieira

PARTICIPANTES na conferência de quadros convocada pelo "grupo dos 121", ala renovadora do PAIGC, defenderam ontem em Bissau o afastamento da actual direcção do partido e a sua substituição por uma comissão de gestão. A tónica geral das intervenções foi a crítica à direcção, incluindo ao secretário-geral, João Bernardo Vieira, Presidente da República. Falou-se de "desvios, corrupção e anarquia". Entretanto, numa conferência de militantes do mesmo partido faziam-se fortes críticas aos "121", cujos trabalhos encerram hoje e que poderão ser o prelúdio para a criação de uma nova entidade partidária. ■

Cúpula do PAIGC colocada em causa

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 DE DEZEMBRO DE 1991

PARTICIPANTES na conferência de quadros do PAIGC, convocada pelo Grupo dos 121 (ala renovadora) defenderam ontem o afastamento da actual direcção do partido e a sua substituição por uma comissão de gestão interina.

A tónica geral das intervenções tem sido a crítica à actual direcção do partido do Poder, incluindo ao secretário-geral, o Chefe de Estado João Bernardo Vieira («Nino»), cuja actuação também foi posta em causa.

Um dos intervenientes chegou mesmo a afirmar que «ele (Nino Vieira) é o principal responsável por esta situação e se não está em condições para dirigir o PAIGC, que se retire».

Os quadros do PAIGC presentes nesta conferência consideram que estão munidos de supremacia moral suficiente para poder fazer estas exigências à sua direcção, dada a existência de desvios, corrupção e anarquia no seio do PAIGC.

Segundo afirmaram, a situação de pré-ruptura criada entre esta sensibilidade e a direcção do PAIGC é imputável a Nino Viera, acusado de não dialogar com eles.

A par desta reunião de quadros, está também a decorrer em Bissau uma conferência de militantes do PAIGC da capital guineense, onde as críticas aos 121 foram «duras», tendo sido afirmado que naquele grupo «existem pessoas que nem são militantes do PAIGC mas que se haviam encostado nele».

A conferência dos 121 prossegue até segunda-feira à tarde, altura em que serão divulgadas as conclusões dos debates.

Até lá, está em discussão o documento «O PAIGC no sistema multipartidário», que pretende servir de base à reflexão conjunta sobre o PAIGC, para, segundo os seus autores, «seguir na via de Amílcar Cabral e enfrentar novos desafios, com novas e ousadas soluções».

Por outro lado, o Presidente da Guiné-Bissau levantará a questão de Timor-Leste na sua intervenção na VI Cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI), confirmou ontem em Dacar à agência Lusa fonte do seu gabinete.

A confirmação foi feita momentos após a chegada do Chefe de Estado guineense ao aeroporto Dacar Yoff, onde foi recebido pelo seu homólogo senegalês, Abdu Diuf, e recebeu honras militares de efectivos dos três ramos das Forças Armadas.

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1991

Médicos cabo-verdianos organizam solidariedade

APOIAR EMIGRANTES e doentes evacuados, contribuir para a formação e reciclagem de quadros, promover a criação de unidades médicas especializadas e patrocinar o equipamento dos hospitais centrais e regionais são alguns dos objectivos da Organização Médica Cabo-verdiana (OMEC), criada em Lisboa por um grupo de médicos e alargada a outros profissionais de saúde.

De acordo com a proposta de trabalho, adoptada num encontro efectuado na Associação Cabo-Verdiana de Lisboa, a OMEC tem como objectivo "colmatar as profundas carências no campo da saúde" não só em Cabo Verde como nos restantes PALOP. Neste sentido propõe-se "apoiar a comunidade africana imigrante em Portugal e os doentes evacuados de Cabo Verde e de outros países africanos de lingua oficial portuguesa (PALOP) para Portugal e/ou outros países", assim como promover o desenvolvimento do sector da saúde nesses países e ainda estreitar os laços de cooperação entre as estruturas de saúde dos PALOP e de Portugal.

Calcula-se que existam em Portugal cerca de 100 médicos cabo-verdianos, para além de muitos outros profissionais de saúde. A iniciativa partiu de um grupo de clínicos e conta com o apoio de várias instituições de Cabo Verde, entre as quais o Presidente da República, o primeiro-ministro e o ministro da Saúde.

Foram já estabelecidos contactos com várias organizações, como a Cruz Vermelha, a Assistência Médica Internacional e a Associação Cabo-Verdiana de Lisboa. Durante a assembleia realizada na Associação, que contou com a presença do embaixador de Cabo Verde, Eugénio Inocêncio, foram aprovados os estatutos e eleitos os corpos sociais. A direcção da OMEC será presidida por Maria Helena Lopes da Silva. ■

Vai surgir na próxima semana um novo partido na Guiné-Bissau. Diz-se claramente contra o regime do PAIGC. O anúncio público será feito num quarto de hotel, porque o regime teme que a oposição encha o estádio da capital. E não há garantias que a seguir os dirigentes do novo partido não passem uma temporada atrás das grades.

Ofensiva contra «Nino» Vieira

Anunciamos a formação do partido «e a seguir somos presos». A afirmação pertence ao presidente do Partido Democrático do Progresso da Guiné-Bissau, Amine Saad, e reflecte o ambiente que se vive no pais nos últimos anos. Saad partiu no final da semana para Bissau onde tenciona apresentar a nova organização politica na próxima terça-feira, «num quarto do hotel 24 de Setembro porque o regime nunca nos deixaria utilizar um recinto público». Trata-se do «primeiro partido constituído por pessoas sem qualquer ligação com o PAIGC» e disposto a combater o regime de Nino Vieira, acrescenta outro dos seus fundadores, Daniel Turpin, o responsável pelos assuntos económicos.

O presidente guineense, «que absorve na sua pessoa os principais cargos de direcção do pais e do partido», é o alvo privilegiado das criticas dos fundadores do PDP. Recentemente, Nino Vieira permitiu que fundos canalizados por organismos internacionais para programas de desenvolvimento e estabilização económica fossem «indiscriminadamente colocados à disposição dos seus protegidos. Para levantar esses fundos, bastava uma carta assinada pelo

PARTIDO DEMOCRÁTICO DO PROGRESSO

presidente», acusa Amine Saad.

Na altura em que **Semanário** falou com os membros do PDP, eles não excluiam a hipótese de fazer o anúncio da constituição do partido fora do pais, se o regime colocar obstáculos atrás de obstáculos ou iniciar uma vaga de detenções da direcção do partido, sejam os membros no interior do pais seja a dúzia de dirigentes que vai no fim-de-semana de Lisboa para Bissau.

O emblema do novo partido e «Nino», o homem disposto a prender os fundadores do PDP

«Analfabetos»

A par da polémica latente com as formações que procuram afirmar-se como alternativa ao PAIGC, dirigindo-lhes os dirigentes do PDP criticas por só tardiamente romperem a teia de cumplicidades com o poder – «eles vieram todos daquele partido», acusa Saad. E muitos afastaram-se de Nino Vieira apenas porque este e o cacho de dirigentes proveniente dos tempos da guerrilha lhes recusa qualquer protagonismo politico. O exemplo mais recente teve lugar a semana passada quando o «Grupo dos 121» se demarcou publicamente chamando «bureau politico de analfabetos» à direcção do PAIGC.

O PDP reclama-se do movimento democrático que varre actualmente o continente africano e que produziu mudanças significativas na maioria dos PALOP. Aliás, o presidente do partido esteve envolvido, «apenas como colaborador», salienta Amine Saad, nas campanhas da oposição no vizinho Cabo Verde e mantém contactos com formações angolanas de oposição ao MPLA, nomeadamente o PRD, de Joaquim Pinto de Andrade, e a UNITA.

Os dirigentes do PDP reivindicam a representatividade de toda a sociedade guineense e afirmam que «a coluna vertebral desta, os quadros, se encontram muito bem representados no partido», até «com nomes que Nino Vieira nunca sonharia».

Encher estádios

Mas a guerra ao PAIGC é total e vai ao ponto de incluir nos estatutos do partido uma disposição onde se diz que «não serão admitidos como militantes do PDP aqueles que notoriamente se distinguiram por actos criminosos praticados contra o povo guineense» e, sabendo-se como se sabe, que a oposição classifica como criminosa a maioria dos comportamentos da direcção do partido no poder, não sobra muito espaço para dúvidas. E são os dirigentes do PDP a confirmar que «é assim mesmo».

A uma pergunta do **Semanário** se existe ou não alguém na *nomenklatura* guineense com quem a direcção do novo partido aceitasse colaborar, a resposta é surpreendentemente imediata e inequívoca: Manuel dos Santos, actual ministro da Economia, antigo comandante da guerrilha e «cabo-verdiano de origem», acrescenta Saad, é uma personalidade com a qual o diálogo não seria impossível. Principalmente, pela competência e relativa imparcialidade daquele.

As principais prioridades do novo partido que diz ter capacidade «para encher o estádio Lino Correia», o maior recinto desportivo de Bissau, são o combate «pela realização de eleições livres e a transformação democrática do regime» ao mesmo tempo que persegue a normalização das relações com Cabo Verde. O presidente do partido diz que o pais vizinho «não pode continuar a ser o bode expiatório de todos os males guineenses», prática comum no circulo de pessoas que gravita em torno de Nino Vieira. Pelo contrário, existem desde logo áreas onde é possível um grau de colaboração elevada, e Saad aponta os tranportes aéreos, navais, o ensino e os serviços.

Abel Coelho Morais

Vítor Saúde Maria ao PÚBLICO

PÚBLICO
DOMINGO, 6 DEZEMBRO 1992

"A situação na Guiné-Bissau é catastrófica"

Vítor Saúde Maria, primeiro-ministro da Guiné-Bissau de 1980 a 1984, declarou ontem ao PÚBLICO que a formação política por ele dirigida desde há seis meses, o Partido Unido Social Democrata (PUSD), irá ganhar as primeiras eleições legislativas pluralistas a efectuar naquele país.

PÚBLICO — Quando é que tenciona entregar no Supremo Tribunal o processo de legalização do PUSD?

V.S. M. — Na terça-feira.

P. — É um partido com fortes possibilidades?

R. — Sem a menor dúvida. Está bem implantado em todas as regiões; e a direcção do PAIGC sabe bem disso. Contamos ganhar as legislativas.

P. — O que é que o levou a afastar-se do PAIGC?

R. — Quando pedi a demissão do cargo de primeiro-ministro, em 1984, isso foi considerado uma tentativa de mudança do regime. Eu não concordava com a forma como as coisas se estavam a passar e pedi a demissão. Depois disso foi tomada a decisão arbitrária de me afastar do partido.

P. — Mais tarde deu-se uma reconciliação. Esteve durante algum tempo a desempenhar as funções de presidente do município de Bissau; até que houve nova ruptura.

R. — O Presidente João Bernardo Vieira tomou a decisão de me afastar, em Março último.

P. — E surgiu então a liderar uma força de oposição...

R. — Vários camaradas vieram ter comigo e propuseram-me a formação de um partido.

P. — Com o qual vai agora às eleições de 1992. Serão primeiro as presidenciais ou as legislativas, ou serão em simultâneo?

R. — Os diversos partidos terão de se concertar a esse respeito. Penso que primeiro deveriam ser as legislativas.

P. — Vai ser candidato à Presidência da República?

R. — Ainda não posso avançar nada sobre isso.

P. — Qual é a sua opinião do actual Presidente?

R. — É prematuro dar uma tal opinião. Talvez mais tarde.

P. — Como caracteriza 18 anos de administração do PAIGC (que em 24 de Setembro de 1973 proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau)?

R. — Foi uma administração medíocre e a situação é actualmente catastrófica, em todos os aspectos.

P. — Dificuldades devidas à "herança" recebida do colonialismo ou à incapacidade dos dirigentes?

R. — Não se devem pôr as coisas em termos do que herdámos. Quem é o responsável pela catástrofe é o regime do PAIGC. Já passou bastante tempo para que o país pudesse ter sido governado como deve de ser.

P. — Em 14 de Novembro de 1980 fizeram o chamado Movimento de Reajustamento, com "Nino" Vieira a substituir o Presidente Luís Cabral.

R. — Foi uma boa intenção. Pensávamos melhorar a situação, mas ela piorou. O 14 de Novembro falhou.

P. — Quanto tempo será agora preciso para recuperar o país, para o colocar com um nível de vida minimamente aceitável?

R. — É difícil prever uma coisa dessas. A situação é catastrófica, repito. Serão necessários muitos sacrifícios, durante muitos anos.

P. — Na hipótese de vir a ter um papel na futura governação, conta com apoios externos, para levar a cabo o seu programa?

R. — Primeiro estamos a tratar da implantação interna, a arrumar a casa. E logo no início do próximo ano iremos aos contactos externos. Contamos muito com Portugal e com o Governo português, tal como contamos com os escandinavos, em particular com os suecos, e com a França.

P. — Consta que conta com apoios no Senado norte-americano.

R. — Beneficiamos de simpatia e de muitos amigos nos Estados Unidos. Tenciono deslocar-me a Washington e a Lisboa no princípio de 1992.

P. — Os problemas da Guiné-Bissau são equiparáveis aos de grande parte da África. Será que a prática multipartidária irá agora ajudar os povos africanos?

R. — Tínhamos todas as esperanças no início das independências, mas surgiram largos problemas. Só a democracia e o pluralismo podem avançar com o desenvolvimento. Veja-se o que Portugal progrediu depois do 25 de Abril. Hoje Portugal é um país estável graças à democracia e ao pluralismo.

P. — Que espécie de regime preconiza para o seu país?

R. — O semi-presidencialismo.

P. — Preferia ser Presidente da República ou primeiro-ministro?

R. — Isso ainda terá de ser decidido. ■

Jorge Heitor

Moçambique: recentragem dos EUA

OS EUA decidiram finalmente redifinir a sua política oficial em relação a Moçambique, numa medida essencialmente destinada a admitir a existência de contactos regulares e mais ou menos formais com a Renamo. Até agora a política de Washington ficava-se por um relacionamento preferencial (ou mesmo exclusivo, no caso do Departamento de Estado), com o Governo de Maputo.

Esta alteração representa a quota-parte dos EUA nos esforços internacionais que estão a ser feitos com vista a retirar a Renamo do "gheto" político a que esteve remetido desde sempre. Trata-se de um objectivo baseado em análises (Inf. 30, p.1) segundo as quais o fim do isolamento internacional da Renamo favorecerá um maior empenhamento seu no processo negocial com o Governo.

No caso específico dos EUA, a neutralidade conceptual em que a partir de agora a sua política para Moçambique se baseará, visa também criar condições que facilitem e tornem eficaz o seu próprio envolvimento nas negociações de Roma. Este foi também o propósito do Governo de Lisboa, ao tratar deferentemente o líder da Renamo, Afonso Dhlakama na sua recente visita a Portugal.

Uma pedra sobre o passado — A alteração da política norte-americana foi formalmente comunicada ao líder da Renamo por Jeffrey Davidow, adjunto do subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, num encontro que ambos tiveram em Genebra no princípio de Novembro. O alto funcionário norte-americano apareceu acompanhado do embaixador em Maputo, Townsend Freedam, e de um oficial do Pentágono, o coronel Henningsen.

Um primeiro sinal de que Washington se preparava para rectificar a sua política em relação a Moçambique, tinha já partido há cerca de dois meses do próprio subsecretário de Estado, Herman Cohen, quando publicamente descreveu a Renamo como uma "organização credível". Esta avaliação deixava para trás uma sistemática desqualificação do movimento de Afonso Dhlakama, nomeadamente por parte do Departamento de Estado.

Os dois últimos embaixadores dos EUA em Maputo, John de Voss e Melissa Wells, identificados como tendo pontos de vista benevolentes em relação à Frelimo (e desfavoráveis para a Renamo), influenciaram em larga escala a atitude do Departamento de Estado. No entanto, tais pontos de vista não eram partilhados pelos adidos de Defesa contemporâneos de ambos os embaixadores os tenente-coroneis Doyle Reymer e Rodriguez.

A mensagem que Davidow levou a Dhlakama incluía a admissão de que a política até agora mantida pelos EUA não tinha sido adequada, pedindo mesmo que esse passado fosse esquecido, que o Departamento de Estado estava preparado para manter contactos com a Renamo; que Washington poderia garantir a autenticidade do processo de negociações em Roma, bem como a aplicação de um acordo de paz.

Num gesto interpretado como sendo uma subtil pressão sobre a Renamo, de modo a empenhá-la numa rápida conclusão das negociações, Davidow deixou abertas as portas para uma visita de Dhlakama a Washington — depois de alcançado um acordo de paz. Foi também no mesmo tom que respondeu a considerações de Dhlakama quanto à conveniência de um apoio material dos EUA à Renamo.

Dhlakama justificou um tal apoio alegando que a Renamo não dispõe de meios financeiros que lhe permitam envolver-se numa luta política com a Frelimo, em plano de igualdade. Davidow admitiu a possibilidade de a Administração vir a motivar organizações privadas norte-americanas no sentido da concessão de apoios à Renamo, mas apenas depois do cessar-fogo, como enfatizou.

Novas circunstâncias, nova política — A visita de Afonso Dhlakama a Portugal, pelo menos em termos de impacte público, constituiu no entanto o expoente máximo da evidência representada pela actual promoção política da Renamo. O Governo português também manteve em relação a Moçambique uma política contemporizadora com os interesses da Frelimo.

É certo que desde há mais de 10 anos o SIM, Serviço de Informações Militares, vem mantendo abertos discretos canais de contacto com a Renamo. O seu director, brigadeiro Xito Rodrigues chegou mesmo, há cerca de dois anos, a deslocar-se a Nairobi para se encontrar com Dhlakama. Pelo menos inicialmente, estes contactos eram justificados por razões humanitárias - libertação de reféns portugueses e de outras nacionalidades (espanhois, por exemplo).

Em troca de gestos de boa vontade da Renamo no que toca ao repatriamento de tais reféns, o SIM foi providenciando no sentido de atender a solicitações de Dhlakama tais como a vinda para Portugal de sua mulher, Joaquina, bem como de quatro dos seus filhos que se encontram a estudar. Em 1980 chegou mesmo a ser organizada uma secreta visita de Dhlakama a Portugal e desde há dois anos representantes pessoais seus - João Almirante, primeiro, Jose Augusto, agora — estabelecem em Lisboa ligações com o SIM.

Os contactos mantidos com a Renamo permitiram ao SIM acesso a um caudal de informações que depois de cruzadas com as provenientes de Maputo, lhe foram permitindo avaliar com elevado grau de precisão a situação em Moçambique. Na comunidade internacional de informações, o SIM está cotado como uma "autoridade" no domínio da situação interna em Moçambique.

Fontes credíveis indicam que a produção do SIM (informação e análise) foi sempre muito convincente no que toca ao irrealismo dos cenários de uma derrota militar da Renamo, apesar dos amplos apoios internacionais de que o Governo e as tropas governamentais beneficiavam. De acordo com as mesmas fontes, o SIM foi igualmente "certeiro" nas suas projecções de uma inversão da situação militar a favor da Renamo.

Apesar de ser o principal destinatário da produção do SIM, o Governo de Lisboa não conduziu a sua política em relação a Moçambique de modo adequado. A explicação encontrada para tal contradição — em 1988 chegou mesmo a ser organizada uma simbólica entrega de armas à Frelimo — é a de que só agora as circunstâncias tornaram aconselhável e desejável uma mudança.

A recepção a Dhlakama extravazou ostensivamente os limites a que os contactos com o SIM sujeitavam a Renamo. Embora o SIM tivesse sempre estado omnipresente — Xito Rodrigues estava no aeroporto à chegada e à partida de Dhlakama — o líder da Renamo adquiriu finalmente um "estatuto político superior" ao ser recebido por figuras como Mário Soares e Cavaco Silva.

Em sintonia com o objectivo de criarem em Dhlakama um sentimento de confiança susceptível de induzir nele a convicção de que a atitude de Portugal é neutral e descomprometida, Soares e Cavaco tiveram para com o seu interlocutor palavras de compreensão simpatia e mesmo até de apreço pelo papel da Renamo na instauração da democracia em Moçambique.

A visita de Dhlakama a Portugal permitiu-lhe também estabelecer (ou retomar) contactos com empresários portugueses com interesses em Moçambique. Pelo menos num dos casos, tratou-se de um empresário com posições públicas pouco benignas em relação à Renamo, enquanto outro retomou agora antigos contactos entretanto interrompidos.

Foram espinhos, foram rosas...

O PROCESSO de regeneração política por que a Renamo está a passar, vai seguramente ter repercusões numa melhoria do seu relacionamento com a UNITA, até agora difuso, mesmo hostil, mas também incompreensível em meios que viam as duas forças no mesmo campo.

Por razões que Afonso Dhlakama interpreta como sendo resultado de pressões de Washington e Pretória, a UNITA não só evitava a Renamo como também a desqualificava em público. Em Junho de 1991, Jonas Savimbi deixou apressadamente o hotel Hilton, em Genebra, quando foi informado que Afonso Dhlakama também ali estava hospedado.

O distanciamento que a UNITA tem guardado em relação a Renamo, é atribuído por algumas fontes a uma política de Jonas Savimbi, até certo ponto correspondida por Machel e Chissano, no sentido de assim abrir pontes em direcção a Moçambique, que contribuissem para isolar o MPLA. Em fins de 1989, um enviado da UNITA, Abel Chivukuvuku, chegou a ser recebido por Chissano em Maputo.

No entanto, a discreta receptividade de Maputo às tentativas da UNITA visando a abertura de canais de contacto, suscitou sempre reacções negativas de Luanda. Tais reacções chegaram a incluir protestos formais e chantagens com fornecimentos de petróleo. A boa vontade de Maputo em relação à UNITA foi em parte influenciada pelos EUA.

As tensões entre a UNITA e a Renamo vieram à superfície no princípio da década de 80. Antes tinha havido um contacto considerado normal, embora irregular, entre os dois movimentos, especialmente em Lisboa. Em 1980, numa sua viagem secreta a Portugal, Afonso Dhlakama chegou a acertar com representantes da UNITA uma nunca concretizada visita à Jamba.

Investimento em Moçambique

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE DEZEMBRO DE 1991

TURISMO e agricultura são as áreas que o Governo de Moçambique considera prioritárias para a recuperação económica do país, disse ao EXPRESSO o ministro do Comércio moçambicano, Daniel Tembe, que termina amanhã uma visita a Portugal. Além dos projectos em curso, o apoio português à recuperação económica do país tomará a forma de formação e de assistência técnica

DURANTE um jantar realizado esta semana no Palácio de Queluz, que contou com a presença do titular da pasta do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, o ministro moçambicano definiu a sua visita como uma forma de «consolidar as relações institucionais» entre Portugal e Moçambique e considerou «bastante proveitosos» os contactos que teve a oportunidade de estabelecer com empresários portugueses. Para o ministro do Comércio moçambicano, a indústria hoteleira «é uma área de futuro» em que Portugal pode ter um papel muito importante a desempenhar, tanto na formação profissional como na assistência técnica.

No campo da agricultura, Daniel Tembe fez referência a alguns investimentos já em curso, nomeadamente em plantações de algodão. Questionado sobre os efeitos na economia do país do conflito ainda existente entre a Frelimo e a Renamo, Daniel Tembe foi peremptório em afirmar: «Não podemos parar, à espera que a guerra acabe para fazer investimentos.»

QUANTO ao futuro, o ministro do Comércio moçambicano fez questão em salientar que o seu Governo vai alterar a legislação referente ao investimento estrangeiro, «no sentido de procurar o desenvolvimento de negócios no país». Por seu turno, o ministro do Comércio e Turismo português acentuou o «realismo cada vez maior» de Moçambique, mas admitiu que «a paz é uma condição preliminar» para que haja um maior índice de investimento. Faria de Oliveira revelou também que o Governo português vai apostar «na reconversão de dívida de Moçambique em capital de empresas, um acordo celebrado há três anos mas que até à data ainda não teve a oportunidade de ser implementado». Acerca das intenções dos empresários portugueses de investir em Moçambique, Faria de Oliveira referiu ao EXPRESSO os casos da Tertir, que tem um projecto para a exploração de terminais em Maputo, e da Entreposto e IPE-Investimentos e Participações Empresariais, que se vão associar para investir no domínio da agro-indústria.

InformÁFRICA, N.º 31 • 26 Novembro 91

Moçambique: Desvios causam apuros

O GOVERNO de Maputo tem estado a passar por sérios embaraços depois que a CEE decidiu abrir um inquérito destinado a averiguar indícios de enormes irregularidades praticadas na distribuição das suas ajudas alimentares a Moçambique. Numa medida interpretada como sendo de advertência, a CEE suspendeu mesmo a entrega de uma partida 12 000 t. de milho.

As referidas irregularidades dizem respeito a volumosos desvios por que passam as ajudas alimentares após o seu desembarque nos portos moçambicanos. Depois, em parte como consequência de tais desvios, Moçambique não tem entregue à CEE os contravalores em meticais (60 milhões no total), originados pela venda dos produtos no mercado interno.

Um relatório recente do Departamento de Segurança Alimentar da CEE, subscrito por Hermann Gerbauer, estima em cerca de 60 por cento a parcela das ajudas alimentares a Moçambique que não é encaminhada para os fins a que se destina (suprir as carências da população), nem nas modalidades acordadas. Calcula-se que em 1990 o valor dos desvios tenha ascendido a 100 milhões de dólares.

De acordo com o relatório, 10 por cento das ajudas são desviadas nos próprios portos de desembarque ou então nos itenerários até às empresas, geralmente para-estatais, seleccionadas para as comercializar a preços subvencionados. Dos armazéns destas empresas os desvios atingem depois cerca de 50 por cento, que geralmente vão parar aos mercados paralelos.

Particularmente incómodo para o Governo é a suspeita, considerada fundada, de que uma parte dos bens alimentares desviados tem como destino os quartéis das Forças Armadas. Há muitos anos já que as FA enfrentam graves problemas em matéria de abastecimentos alimentares e o "expediente" dos desvios poderá ter sido a solução encontrada para o problema.

Suspeitas de que as ajudas alimentares a Moçambique, não apenas da CEE, não eram convenientemente distribuídas entre a população, têm persistido desde 1988. O Governo ordenou já dois inquéritos à volta do assunto mas nunca se conheceram os resultados de qualquer deles.

A explicação encontrada é a de que altos funcionários do próprio Governo, chefes militares e outros hierarcas estão envolvidos nas irregularidades. De resto, o relatório de Gerbauer atribui os desvios a uma teia de cumplicidades em que considera implicados "milhares de militares, milícias, homens da segurança e autoridades ferroviárias". ■

Novo partido nasce em Maputo

DIARIO DE NOTICIAS, 8 DE DEZEMBRO DE 1991

Alexandre Chiure

Correspondente em Maputo

UMA NOVA formaçao politica da oposição, o Partido da Convenção Nacional,da qual faz parte o filho de um famoso preso politico do Governo, com paradeiro desconhecido, e antigo vice-presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Urias Simango, apresentou-se agora, no Maputo.

Ela surge exigindo ao Governo a transferência de Itália para Moçambique das conversações de Roma, para permitir a participação de todos os partidos.

Os dirigentes do PCN negaram que o envolvimento de Lutero Simango tenha algo a ver com a vingança deste pelo desaparecimento dos seus pais, presos em 1974 pelas autoridades governamentais moçambicanas sob a acusação de traição.

Esta organização, descrita como produto de uma grande reflexão politica, julga-se preparada com propostas concretas para a solução dos problemas que afectam Moçambique, resultantes de encontros que este partido teve com pessoas de vários estratos sociais e, caso ganhem as eleições, prometem novas formas de organização da sociedade.

No plano económico, o PCN é por uma economia de mercado «mais civilizada» em que se valorizem moçambicanos com capacidade, atraves da sua participação em projectos económicos de âmbito nacional, criando-se, deste modo, a tradição empresarial inexistente no país.

Em traços gerais, o programa de acção do PCN dá prioridade à reabilitação do homem moçambicano, protecção ou atendimento à camada da população mais vulnerável, que representa cerca de 90 por cento dos 16 milhões de moçambicanos, a criação de condições para a juventude ocupar o seu lugar.

O PCN é contrário à Constituição vigente por esta não garantir a separação dos poderes politico e judicial e admite a possibilidade de uma futura coligação ou da sua integração numa frente de oposição contra a Frelimo.

Os dirigentes do PCN queixam-se de serem vitimas de barreiras ao desenvolvimento da sua actividade no país, que, nas suas palavras, estão a ser criadas pela Frelimo, como forma de travar o seu avanço e criar perante a opinião pública uma imagem de que os partidos emergentes são fracos. Eles prometem apresentar provas sobre isso «no momento oportuno».

O PCN reivindica um número suficiente de membros para se registar e afirma-se implantado em todo o país.

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA 9 DEZEMBRO 1991

Cooperação reforçada com Moçambique

OS MINISTÉRIOS do Comércio e Turismo de Portugal e Moçambique vão alargar a sua colaboração a novas esferas de actividade, revelou Faria de Oliveira, ministro do Comércio e Turismo, durante uma recepção ao seu homólogo moçambicano, Daniel Tembe. De concreto, referiu que a cooperação será alargada às áreas da distribuição, concorrência e preços, inspecção económica e turismo.

Faria de Oliveira defendeu um maior apoio dos países do Norte aos do Sul, já que estes "continuam a ser determinantes para a nova ordem económica internacional", mas defendeu que esse relacionamento se deve efectuar em "bases mais pragmáticas". O ministro considerou ser necessária uma maior cooperação tanto a nível institucional, como a nível empresarial. Nesse aspecto afirmou que o "investimento privado é a melhor forma de se contribuir para o desenvolvimento, para a democratização e para a economia de mercado" dos países em vias de desenvolvimento, no caso de Moçambique.

A nível institucional, a cooperação passará pelo apoio de organismos nacionais à criação do Instituto para a Promoção Externa de Moçambique e do Instituto para a Promoção de Investimento Estrageiro. O ministro revelou ainda que o seu Ministério colabora com o Ministério do Comércio de Moçambique "numa acção de levantamento das necessidades" deste organismo.

Relativamente à cooperação empresarial, Faria de Oliveira, não quis avançar com pormenores, limitando-se a dizer que há vários projectos em negociação, nomeadamente nos sectores das rochas ornamentais, turismo e para o aproveitamento do caju e de outras culturas agrícolas. ■

João Seabra

PÚBLICO TERÇA-FEIRA 3 DEZEMBRO 1991

MASSACRE EM MOÇAMBIQUE — A Rádio Moçambique atribuiu ontem à Renamo a autoria de um massacre na província de Gaza no qual 25 pessoas terão sido virtualmente executadas à beira de uma estrada, com machados, catanas e paus. De acordo com o testemunho de onze sobreviventes, as vítimas foram raptadas na sexta-feira de aldeias próximas da cidade de Xai-Xai e assassinadas no dia seguinte. Os executores teriam, na maioria, entre 14 e 18 anos.

PÚBLICO DOMINGO, 8 DEZEMBRO 1991

MÚSICA SOBRE SIDA NA RÁDIO MOÇAMBIQUE — A rádio Moçambique lançou no mercado uma cassete com onze músicas de artistas e compositores locais cujo objectivo é advertir para o perigo da sida. A colectânea musical chama-se "Juntos venceremos a sida" e a sua edição teve o apoio do Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de Combate à Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida. Algumas das canções que fazem parte do novo álbum musical têm sido difundidas pela Rádio Moçambique nos últimos dias e as suas músicas contrastam com as habituais melodias românticas.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
25 NOVEMBRO 1991

Banco Mundial financia pequenas empresas em Maputo

Mais de duas mil pessoas estão a trabalhar em 185 pequenas empresas em Maputo, criadas desde 1988 por financiamento do Banco Mundial com o objectivo de fomentar no país novos postos de trabalho.

Estas empresas de exploração familiar, úteis para a prestação de diverso tipo de serviços ao consumidor, abrangem actividades várias como carpintaria, alfaiataria, canalização e fabrico de refeições rápidas para levar para casa (conhecida em inglês por «take-away»).

A iniciativa é enquadrada na parte moçambicana pelo Ministério do Trabalho e já começou a ser estendida à cidade da Beira, no centro litoral de Moçambique, onde desde 1990 foram aprovados e financiados cerca de metade dos 88 projectos submetidos à apreciação.

O investimento do Banco Mundial com as 185 unidades produtivas criadas no Maputo envolveu uma verba da ordem dos 170 mil dólares — nas quais cada projecto beneficia de 5 000 dólares para importação de equipamentos cabendo aos beneficiários o pagamento de impostos alfandegários.

O Gabinete de Promoção de Emprego (GPE) do Ministério do Trabalho de Moçambique está, neste momento, a estudar as possibilidades de um maior apoio à criação de postos de trabalho feminino — visto que poucas mulheres têm beneficiado deste programa de criação de emprego.

Uma das possibilidades será o financiamento de pequenas unidades hoteleiras tipo restaurante popular, ramo para o qual as mulheres de Maputo revelam especial tendência mas que exige um capital inicial de investimento.

Este programa do Banco Mundial nasceu em 1987 e destina-se a atenuar os efeitos do Programa de Reabilitação Económica (PRE) junto da massa laboral — que tem conduzido ao encerramento de empresas inviáveis e criado desemprego.

A verba disponível para este programa do Banco Mundial é de três milhões de dólares que ainda não foram minimamente aproveitados, por falta de projectos com alguma envergadura e devidamente elaborados em termos de mercado e de viabilidade financeira.

Quinze partidos em Moçambique

PÚBLICO
DOMINGO, 8 DEZEMBRO 1991

Treze novas formações políticas emergiram até agora no cenário moçambicano, controlado ainda pela Frelimo, a única que se registou no Ministério da Justiça, e pela Renamo, que levou a guerra a todo o território.

A Frelimo parece despreocupada quanto a fortes rivais nas primeiras eleições livres que, sem data marcada, materializarão o multipartidarismo em Moçambique. E a Renamo só deve ser legalizada após a assinatura de um acordo de cessar-fogo com o Governo de Maputo, segundo preconizam os protocolos que as duas partes rubricaram em Roma.

A apresentação pública das novas formações políticas teve no início um carácter de crítica à Frelimo pela ruína económica do país e ausência de liberdades democráticas. Em geral, as críticas foram também estendidas à Renamo no que se refere à guerra, morte e sofrimento do povo. No entanto, a luta pelo poder e as intrigas internas passaram depois a dominar alguns daqueles grupos.

Para além da Frelimo e da Renamo, conhecem-se actualmente: Unamo (União Nacional de Moçambique) 1, Unamo 2, Palmo (Partido Liberal e Democrático), SOL (Partido Social, Liberal e Democrático), Pademo (Partido Democrático de Moçambique), Padelimo (Partido Democrático Liberal), Coinmo (Congresso Independente de Moçambique), PCN (Partido da Convenção Nacional), FAP (Frente de Acção Patriótica), PPPM (Partido do Progresso do Povo), Pafemo (Partido Federal de Moçambique), Fumo-PCDRN (Frente Unida de Moçambique-Partido da Convergência Democrática e Reconstrução Nacional) e Monamo (Movimento Nacionalista Moçambicano).

Em meados do mês passado uma verdadeira guerra de comunicados dava conta de que o presidente da Unamo, Gimo Phiri, expulsava o seu secretário-geral, Carlos Reis (que já pertenceu à Renamo).

Acusações múltiplas

Carlos Reis convocou de seguida um congresso da Unamo, onde foi eleito presidente e acusou o adversário — que também militara na organização de Afonso Dlakama — de oportunista e "infiltrado" da Frelimo.

Idênticas cisões surgiram no Palmo logo aquando do seu primeiro congresso, na Beira, em Maio deste ano, com a saída de Casimiro Nhamitando, membro do núcleo fundador. Dois dias depois o presidente eleito, o empresário Martins Bilal, acusava o vice-presidente, o médico António Palange, de corrupto e alcoólico, mas no mês passado as acusações foram retiradas.

Entretanto, Casimiro Nhamitambo criou o SOL, congregando alguns dos homens da hierarquia anterior do Palmo, que se afirma um partido dos pequenos e médios empresários.

Igualmente, o PPPM dividiu-se, dando origem ao Pafemo, ambos assentes numa proposta federal para Moçambique.

Defendendo o federalismo está também o Pademo, liderado por um veterano da Frelimo, Wejia Ripua, licenciado em Direito e actualmente funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Maputo.

O Pademo tem centrado as suas críticas em questões pontuais, nomeadamente contra o aumento das propinas na universidade, denunciando o que considera "uma educação orientada para as elites em desfavor dos mais pobres".

Um apelo vindo do Quénia a favor da paz e de orações em todo o país, visando o fim da guerra, deu a conhecer que o Padelimo está a angariar membros entre os refugiados moçambicanos. O seu dirigente é Francisco Nhoca.

Domingos Arouca

Do estrangeiro chegaram também a Moçambique programas e estatutos do Fumo-PCDRN, liderado pelo advogado Domingos Arouca, exilado em Portugal desde 1974.

Em solo português tem vivido igualmente Máximo Dias, o dirigente do Monamo, que está agora em Maputo. Estes dois últimos partidos não diferem grandemente nas suas linhas programáticas da Frelimo e, à partida, parecem possuir já um certo apoio financeiro para a sua acção de propagando eleitoral.

Aparentemente independentes de antigos casamentos políticos são o PCN e o FAP, formados por jovens citadinos.

Dirigido por um núcleo coordenador que não dá crédito ao Ministério da Justiça como estrutura de registo de partidos, o PCN integra Lutero Simango, um licenciado em engenharia filho de Urias Simango (vice-presidente da Frelimo mais tarde rotulado de traidor, pelo que terá sido assassinado no Niassa nos anos 80, juntamente com Joana Simeão, Lázaro Kavandame e outros).

Outro filho de Simango, um jovem universitário, faz parte dos quadros da FAP, que, tal como o PCN, batalha pela criação de um Estado de Direito, economia de mercado e institucionalização das liberdades democráticas.

Do Coinmo sabe-se apenas que à sua frente está um antigo refugiado no Quénia, Vítor Saene, actualmente a dar aulas de inglês numa escola secundária do Maputo. O Coinmo defende a abolição do metical e a valorização dos régulos e das antigas tradições. ■

Teresa Lima, em Maputo

21
FOLHA DE S. PAULO
9 de dezembro de 1991

'MORRE GUERREIRO DE 'CORPO FECHADO'

Manuel Antonio, guerreiro moçambicano que dizia que uma poção mágica tornava-o e a seus seguidores imunes a balas, foi morto (a bala) em uma batalha com rebeldes de direita da Renamo, anunciou a Rádio Moçambique. O grupo de Manuel Antonio combatia com lanças.

PORTUGAL

EM FOCO

5 A 11 DE DEZEMBRO DE 1991

O envolvimento italiano nas negociações de paz entre o Governo moçambicano e a Renamo começa a dar frutos: um complexo fabril para a extração de mármore será reabilitado em Moçambique e a partir de 1992 produzirá 10 mil metros cúbicos. O financiamento do projeto, no valor de 18 milhões e 800 mil dólares, é italiano.

O SÉCULO DE JOANESBURGO
25 NOVEMBRO 1991

Representação comercial sul-africana em Lusaca autorizada pelo novo presidente da Zâmbia

* Frederick Chiluba acusa Kaunda de ter usado de desonestidade política para com a África do Sul

O novo presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, 48 anos, está a restabelecer rapidamente relações formais com a África do Sul, permitindo que Pretória instale uma representação comercial em Lusaca, ao mesmo tempo em que ordenou facilidades para a emissão de vistos para visitantes sul-africanos.

Chiluba junta-se assim a cerca de outros 20 lideres da Organização da Unidade Africana (que tem 51 membros) à busca de comércio e cooperação com a África do Sul, depois de anos de isolamento devido às suas políticas racistas.

O presidente Frederick Chiluba, um lider sindical que derrotou incontestavelmente Kenneth Kaunda nas eleições de 31 de Outubro, também pretende demitir-se da posição de presidente dos Estados da Linha da Frente.

O grupo regional, constituído por Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwé, esteve sempre à frente dos esforços para forçar o Governo branco da África do Sul a abandonar o sistema do apartheid.

O ex-presidente Kenneth Kaunda, 67 anos, era o presidente do bloco até ter perdido a Presidência para Chiluba nas primeiras eleições multipartidárias da Zâmbia desde 1968.

A maioria dos Estados da Linha da Frente, a Zâmbia de Kaunda reclamava por uma democracia do estilo ocidental na África do Sul enquanto retinha uma política de partido único em «casa».

Chiluba propõe-se permitir o pluralismo político, acabar com as violações dos direitos humanos e abandonar políticas económicas que Kaunda absorveu de antigos regimes marxistas.

Numa das suas primeiras decisões, Chiluba livrou-se do Estado de Emergência — poderes máximos que Kaunda mantinha para si desde da independência da Grã-Bretanha em 1964, como forma de repressão contra os seus oponentes.

Chiluba junta-se a muitos outros lideres africanos que querem normalizar as relações com Pretória, desde que o presidente FW de Klerk introduziu importantes reformas políticas.

O antigo presidente da Central Sindical da Zâmbia (de 300.000 filiados) irá encontrar-se pela primeira vez com os seus colegas da Linha da Frente, no próximo mês, quando apresentar a sua demissão da Presidência do bloco passando-a ao presidente do Botswana, Quett Masire.

A Zâmbia poderá vir a abandonar o bloco da Linha da Frente, na sequência do comprometimento declarado de Chiluba para com laços mais fortes com a África do Sul — o seu principal parceiro económico.

«O meu antecessor nunca foi honesto sobre a África do Sul», disse Chiluba após ter sido eleito. «Mesmo enquanto ele recorria a retórica das sanções, o comércio nunca diminuiu».

Kaunda era um defensor verbal das sanções contra a África do Sul, enquanto a sua nação dependia ao mesmo tempo da RSA em importações que variavam (e variam) desde equipamento para as minas de cobre até produtos farmacêuticos.

O presidente Chiluba já assinou uma autorização para que a África do Sul estabeleça a sua primeira missão comercial em Lusaca, segundo fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Af. do Sul marca Convenção

EXPRESSO
7 DE DEZEMBRO DE 1991

O ENCONTRO preparatório de uma nova Constituição pós-«apartheid», realizado no passado fim-de-semana em Joanesburgo, reuniu vinte agrupamentos políticos sul-africanos, muitos dos quais nunca se tinham reunido anteriormente.

Apesar de divergências ideológicas profundas, os participantes, entre os quais o Partido Nacional (PN), o ANC e o movimento Inkatha, concordaram encontrar-se em 20 e 21 de Dezembro, para elaborar uma **«Convenção para uma África do Sul Democrática»** (Codesa). Representantes da ONU, ONA, Commonwealth, CE e Movimento dos Não-Alinhados foram, entretanto, convidados para este encontro histórico.

Após a reunião, Nelson Mandela criticou alguns ausentes, situados em pólos opostos: os extremistas de esquerda do Congresso Panafricanista (PAC) e a extrema-direita branca, do Partido Conservador (CP). Mandela afirmou que o CP constitui uma ameaça particular para a conferência multipartidária.

As eleições realizadas na semana passada na cidade de Virgínia, no Estado Livre de Orange, evidenciaram o peso da extrema-direita branca — conquistaram 62 por cento dos votos, contra apenas 37 por cento do PN, do Presidente De Klerk.

O JORNAL 6.12.1991

Geminação com portos sul-africanos

A Administração do Porto de Lisboa e a Portnet, organismo que administra e opera nos portos marítimos da África do Sul, vão estabelecer um acordo de geminação na próxima semana. Trata-se do primeiro protocolo do género efectuado por um porto português.

Os responsáveis das entidades envolvidas esperam que a geminação venha a proporcionar o desenvolvimento das relações entre os portos e o crescimento das trocas comerciais que atingiram, nos últimos 18 meses, mais de um milhão de toneladas de mercadorias.

As principais exportações para a África do Sul são azulejos, produtos de cerâmica, amidos, féculas e glúten de milho. O que mais importamos deste país são hulhas e açúcar de cana.

Na mesma ocasião será inaugurada a primeira fase da remodelação da Doca de Recreio de Santo Amaro que custou 300 mil contos e fica com capacidade para mais de 300 barcos.

A segunda fase incidirá no arranjo de toda a zona envolvente e o desenvolvimento de espaços destinados ao comércio, hotelaria, clubes, oficinas e postos de atendimento, constituindo uma área ribeirinha de lazer.

As ameaças dos radicais na África do Sul

SEMANÁRIO
7 DEZ 91

Ao mesmo tempo que o processo de reforma política vai avançando na República da África do Sul, com o Presidente De Klerk a ter de contar com o reforço da oposição de direita às suas propostas, também no campo representativo dos negros se desenvolvem movimentos que parecem não querer desistir da confrontação violenta.

Para além dos extremistas do PAC (Pan African Congress) que se têm declarado hostis ao progresso central de negociações – é no seio do próprio ANC que alguns vêem, sem receio, nascer a contestação à negociação e às teses gradualistas. Tal oposição vem dos quadros e dos militantes da ala militar do movimento de Mandela – conhecida por Umkhonto we Sizwe (A lança da Nação) ou abreviadamente, por MK.

No passado não foram famosos os resultados da acção desta ala armada. Afora algumas sabotagens como a da SASOL e a campanha bombista de terrorismo indiscriminado que nos meados dos anos oitenta atingiu algumas cidades sul-africanas, as acções militares do MK tiveram pouca ou nenhuma relevância na África do Sul. Em Angola, onde estabeleceu bases e campos de treino e chegou a ser usada contra a UNITA, a ala militar do ANC também deu mais que falar pelo sistema repressivo interno e pelas violências contra os seus próprios filiados desobedientes, que por quaisquer acções militares de envergadura.

Daqui uma certa frustração histórica, patente nas declarações do comandante do MK, Joe Modise, na primeira conferência da Organização, na Universidade de Venda, em Agosto deste ano.

Confissões de Madise

Nas suas declarações, Modise, depois de sublinhar algumas das características históricas da organização e seus limites, confessava, como pontos negativos desse passado:

1) A dificuldade de enraizamento dos militantes no meio das massas;

2) a incapacidade de responder às aspirações destas (das massas);

3) a incapacidade de estabelecimento de uma estrutura no meio rural;

Em seguida, Modise salientava que o facto do ANC ter negociado com o Governo de De Klerk uma «suspensão das acções armadas» não significava «o abandono da luta armada», mas apenas exactamente isso, uma suspensão.

Referia-se em seguida às dificuldades de subsistência dos quadros do MK regressados e à necessidade de treinar quadros políticos do MK para frequentarem estágios de formação na Tanzânia e no Uganda.

Ao mesmo tempo Modise defendia a criação de unidades de autodefesa; estas unidades estão concebidas na base de selecção de cerca de 100 a 200 elementos por cada township; no estabelecimento entre eles de sistemas de comunicação e patrulhamento; na constituição de unidades de recolha de informação; finalmente, atribuia-lhes, também, o fabrico de armas ligeiras.

Há ainda a considerar que vários quadros do MK entraram ilegalmente na África do Sul e têm acesso aos esconderijos de armas clandestinas estabelecidos pelo movimento no pais. Nas fileiras do MK é notória a desilusão e «a crise de identidade». Também entre os elementos regressados legalmente mas que não encontraram ocupação politica ou profissional. Na mesma situação estão quadros do MK libertados das prisões governamentais.

Perigoso MK

Tudo isto contribui para aumentar a perigosidade do MK, que, entretanto, os dirigentes do ANC se recusam a dissolver por agora. Daí que também se levante a hipótese de que possam estar na origem da violência escondida que, periodicamente, tem perturbado o processo de apaziguamento interno. Referindo-se a eles, o jornalista Brian Potinger escrevia no liberal «Sunday Times», depois de referir as acusações do ANC que tal violência tinha origem em provocadores ligados «às forças de segurança»: «o Umkhonto we Sizwe» está cheio de ex-combatentes desiludidos e descontentes que acham que foram maltratados pelos seus camaradas e que têm também, «oportunidade, motivo e método» para praticar tais actos de violência.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8 DE DEZEMBRO DE 1991

Mandela quer direitos de propriedade defendidos na nova Constituição

O LÍDER do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, afirmou ontem que a futura Constituição sul-africana tem de proteger os direitos religiosos, culturais e linguísticos, bem como «alguns direitos» de propriedade. A declaração foi feita por Mandela, perante 2300 pessoas, na Universidade de Pittsburgh, Pensilvânia, uma das entidades patrocinadoras da visita do líder nacionalista sul-africano aos Estados Unidos. O ANC e o Governo sul-africano vão reunir-se nos dias 20 e 21 para começarem a elaborar uma nova Constituição.

Edgar Correia na África do Sul

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA 5 DEZEMBRO 1991

EDGAR CORREIA foi o membro da Comissão Política do PCP escolhido para representar o partido no primeiro Congresso legal do Partido Comunista da África do Sul, tendo partido, ontem mesmo, para Joanesburgo. Ao lado do antigo responsável partidário no Porto — cuja ascensão no aparelho central é notória — estarão convidados dos Partidos Comunistas do Brasil, dos Estados Unidos, de Taiwan, da Áustria, da França, de Israel, da Irlanda, de Cuba, da Índia, da Itália e da Nicarágua, entre outros. ■

De Klerk vai a Moscovo

PÚBLICO
SÁBADO, 7 DEZEMBRO 1991

OS PAIS da "perestroika" e da "Pretoriastroika" encontram-se na próxima semana em Moscovo: Frederik de Klerk culmina uma discreta mas visível aproximação de meses entre a África do Sul e a URSS com uma visita a Mikhail Gorbatchov.

Ao anunciar ontem a deslocação, o porta-voz do Presidente soviético, Vitali Churkin, sublinhou que ela deriva de uma iniciativa sul-africana e notou que Moscovo procura encorajar o progresso das intrincadas negociações políticas que decorrem na África do Sul.

Mas quando entrar no Kremlin, no dia 13, Frederik de Klerk não deverá ter como principal assunto de conversa a situação política no seu país. Muito provavelmente, Mikhail Gorbatchov também não.

Na realidade, a aproximação entre os dois governos tem sido feito com base num mútuo interesse económico e os homens de negócios têm competido com os diplomatas no vaivém entre Moscovo e Pretória.

Essa aproximação terá por exemplo levado o líder comunista sul-africano, Joe Slovo, a tecer críticas por vezes severas a Mikhail Gorbatchov.

Críticas como essas fazem com que a convergência Moscovo-Pretória possas conter ainda elementos embaraçantes para a liderança soviética. Vitali Churkin fez ontem questão em sublinhar que a URSS "também dá grande importância aos contactos com a liderança das organizações anti-'apartheid', em especial o Congresso Nacional Africano e o seu líder Nelson Mandela".

"O ANC desempenha um papel muito construtivo no processo de conversações e consideramos que o processo de negociações sobre o desmantelamento do 'apartheid' atingiu um ponto crucial". ■

Prisão de Nelson Mandela transformada em Museu

A prisão de Robben Island, onde esteve detido o dirigente nacionalista negro Nelson Mandela durante 18 dos seus 27 anos de cativeiro, vai ser agora transformada num museu.

O ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, anunciou, durante uma cerimónia oficial em Kroonstad, que Robben Island continuará a receber prisioneiros "num futuro próximo", mas que será transformada numa "prisão aberta".

Os prisioneiros de Robben Island que se encontravam em regime de alta segurança foram já transferidos para outra cadeia em Maio passado quando os primeiros projectos de transformar a prisão em museu começaram a circular.

O ministro especificou, num discurso pronunciado na sexta-feira mas só ontem tornado público, que o Governo aprovou um plano visando o desenvolvimento de uma reserva natural localizada na ilha e a instalação de um museu relatando toda a história deste local, onde já funcionou uma leprosaria, um asilo para loucos e, mais tarde, a prisão.

No mesmo sítio deverá ser construído ainda um centro de conferências, enquanto o porto existente na ilha será recuperado e transformado num local de atracção para turistas.

Johan Neethling, responsável pela conservação da natureza e do ambiente na região de Robben Island, declarou que Mandela será consultado sobre este projecto. Neethling respondia aos detractores desta ideia, segundo os quais a ilha ficará "transformada num circo".

Um porta-voz do Congresso Nacional Africano (ANC), Karl Niehaus, disse que o movimento via com bons olhos o plano para construção de um museu na prisão que foi o símbolo máximo da resistência anti-apartheid durante 30 anos de clandestinidade da organização.

"Nós dissemos várias vezes que a prisão se deveria tornar num museu nacional, mas deve ser feita uma consulta sobre isso aos verdadeiros representantes do povo", disse Niehaus.

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 3 DEZEMBRO 1991

No ano passado, o ANC recusara a proposta de um empresário de Cap Town, que pretendia transformar a prisão num hotel onde a principal atracção seria a cela de Nelson Mandela. ■

AFP e Reuter

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1991

De Klerk em Moscovo, Mandela nos EUA

ENQUANTO o líder do ANC, Nelson Mandela, prossegue a sua visita aos Estados Unidos, o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, segue na sexta-feira para Moscovo.

Qualquer uma destas viagens teria sido impensável há dois anos, quando Mandela ainda estava na cadeia e De Klerk dava os primeiros passos na abertura da África do Sul ao mundo, por meio de um efectivo desmantelamento do apartheid.

Quem parece não ter mudado nada foi o Partido Comunista Sul-Africano (SACP), que num congresso encerrado ontem rejeitou a ideia de introduzir no seu programa a expressão "socialismo democrático" e elegeu para o cargo de secretário-geral o chefe do estado-maior do braço armado do ANC, Chris Hani, de 49 anos.

Joe Slovo, um branco de 66 anos que transitou de secretário-geral para o cargo honorífico de presidente do partido, disse que a escolha de Hani teve o aval de Mandela, o que uma vez mais testemunha os estreitos laços existentes entre as duas entidades.

Tentando transigir com os tempos que correm, Slovo e Hani propuseram o objectivo de um "socialismo democrático", mas a maioria dos delegados ao congresso rejeitou tal expressão, alegando que o socialismo é, na sua essência, democrático.

Chris Hani deverá agora abandonar a liderança do Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação), braço armado do ANC, mas deixou bem claro que tenciona continuar a desempenhar um papel nesta estrutura, mantendo assim o peso dos comunistas no Congresso Nacional Africano.

O SACP só tinha algumas centenas de militantes quando no início do ano passado foi legalizado, mas entretanto já recrutou 25.000 e admite-se que esteja em expansão, ao contrário do que acontece com os partidos comunistas na maior parte do mundo.

Apoiado no ANC, cujas decisões muitas vezes influencia, prepara-se aparentemente para vir a ter uma palavra a dizer no futuro da África do Sul, o que é utilizado como argumento por todos aqueles que se opõem ao comunismo e ao movimento dirigido por Nelson Mandela.

Entendem tais pessoas ser um perigo vir a ter no poder ou muito próximo dele indivíduos que, contra ventos e marés, insistem em reafirmar a sua fidelidade à ortodoxia marxista-leninista.

Buthelezi exigente

Entre os anticomunistas negros da África do Sul destaca-se o primeiro-ministro do bantustão do Kuazulu, Mangosuthu Buthelezi, que pretende agora três delegações para a sua etnia nas próximas negociações constitucionais.

Buthelezi disse durante o fim-de-semana, na televisão, que pretende uma delegação para o Partido Inkatha, uma para o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, e uma terceira para o Governo do Kuazulu. E que se assim não for terá de repensar a sua presença na Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA), cujos trabalhos deverão principiar no dia 20 deste mês. ■ **J.H.**

AFRIQUE DU SUD : chef de la branche militaire de l'ANC

M. Chris Hani a été nommé à la tête du Parti communiste

JOHANNESBURG

de notre correspondant

Actuel chef d'état-major d'Umkhonto we Sizwe (la Lance de la nation), la branche militaire du Congrès national africain (ANC), M. Chris Hani a été désigné, vendredi 6 décembre, candidat unique au poste de secrétaire général par les militants du Parti communiste (SACP), au cours de leur huitième congrès, le premier en terre sud-africaine.

Son prédécesseur, M. Joe Slovo, qui, gravement malade, avait décidé de ne pas se représenter, a été désigné au poste honorifique de président du parti. La désignation de M. Hani force la main de la direction de l'ANC qui, il y a peu de temps encore, avait refusé de le libérer de ses fonctions en son sein.

Les quatre cents militants du Parti communiste, réunis depuis jeudi (*le Monde* du 6 décembre), ont également décidé de conserver le nom et l'emblème du SACP, en dépit de l'effondrement des régimes communistes à travers le monde. Le drapeau du parti restera rouge avec, dans le coin supérieur gauche, une étoile noire contenant un marteau et une faucille jaunes.

Ils ont, en revanche, choisi, à une écrasante majorité, de modifier la charte du parti qui, appelant à la fin de l'*« exploitation capitaliste »* dans le pays, prône l'instauration d'une *« société socialiste »* et non plus d'une *« société socialiste démocratique »*, car le congrès a estimé que le *« socialisme est intrinsèquement démocratique »*.

FRÉDÉRIC FRITSCHER

□ **Le président De Klerk en visite à Moscou le 13 décembre.** – Le président Frederik De Klerk se rendra à Moscou le 13 décembre, pour une visite officielle de quatre jours, mettant un terme à plusieurs décennies d'inimitié entre les deux pays, Moscou soutenant les mouvements nationalistes africains. M. De Klerk aura donc réussi là où M. Nelson Mandela a échoué. A deux reprises, le président du Congrès national africain (ANC) avait annulé un déplacement en Union soviétique, à la suite du refus de M. Gorbatchev de le recevoir. – *(Corresp.)*

PÚBLICO SÁBADO 7 DEZEMBRO 1991

Hani em vez de Slovo

O CHEFE histórico do Partido Comunista Sul-Africano (SACP), Joe Slovo, um branco de origem lituana, vai ser substituído no domingo por Chris Hani, um negro de 49 anos que lidera a chamada "ala armada" do Congresso Nacional Africano. Na sessão de ontem do Congresso do SACP, a decorrer no Soweto, arredores de Joanesburgo, Hani foi designado como candidato a secretário-geral por todas as federações regionais. Por isso, amanhã, quando chegar o momento da votação, será o único candidato. Aparentemente, a ala "dura" do partido está em vantagem neste Congresso: ontem, uma maioria dos delegados decidiu incluir o "leninismo" entre os princípios fundamentais do SACP, para além do marxismo. "Falar só de marxismo é insuficiente(...). Somos um partido marxista-leninista", disse um dos "históricos". ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 DE DEZEMBRO DE 1991

PC sul-africano solidário mas independente do ANC de Mandela

O PARTIDO Comunista da África do Sul (SACP) terminou ontem, no Soweto, o seu primeiro congresso na legalidade em mais de 40 anos, proclamando a sua «independência» relativamente ao Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, o principal movimento nacionalista negro do país, com o qual o SACP vive em estreita aliança. O novo secretário-geral do PC sul-africano, Hani, de 49 anos – sucessor no cargo de Joe Slovo, de 66 anos, que passou a presidente do partido –, apresentou o SACP como uma formação em pleno desenvolvimento, afirmando que o número de militantes inscritos (oficialmente, cerca de 25 mil) está a progredir «na ordem dos dois mil em 12 meses». Recorde-se que o SACP só foi legalizado em Fevereiro de 1990.

África do Sul

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 6 DEZEMBRO 1991

Ainda se combate pelo socialismo

O PARTIDO Comunista Sul-Africano (SACP), que voga contra a corrente, inaugurou ontem o seu primeiro congresso público em 40 anos prometendo aumentar o número de militantes "em cada fábrica e em cada mina", a fim de defender a construção do socialismo depois de desmantelado o apartheid.

"O facho do socialismo brilha triunfante na nossa terra", disse o secretário-geral cessante, Joe Slovo, aos 400 delegados reunidos numa sala de conferências próximo da zona negra de Soweto, nas imediações de Joanesburgo.

Ao falar sob um dístico vermelho onde se lia "O Futuro é o Socialismo", Slovo, considerado um antigo estratego da chamada luta armada do Congresso Nacional Africano (ANC) contra o domínio do país pelos brancos, criticou os socialistas europeus por terem aceite "a liderança mundial dos Estados Unidos".

"O Presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, está completamente desorientado", disse o secretário-geral dos comunistas sul-africanos, que entre os seus convidados contava um dirigente do PC português, Edgar Correia, bem como camaradas de Cuba e da França, mas não de Moscovo.

"Os deserdados da terra constituem mais de 90 por cento da humanidade. E para eles não há qualquer resposta que não seja o socialismo", prosseguiu Slovo, num tipo de discurso que em muitos países já está hoje completamente ultrapassado.

O mês passado, uma federação sindical de forte influência comunista paralisou a economia sul-africana com uma greve de dois dias por causa do imposto de valor acrescentado (iva).

O Partido Nacional, há 43 anos no poder, tem dito que tudo fará para evitar que o Governo que se há-de seguir ao desmantelamento do apartheid venha a ficar sob o controlo dos comunistas, que têm um forte peso no ANC.

Entretanto, o Presidente Frederik de Klerk, líder do PN, procedeu a uma ligeira remodelação ministerial que colocou na pasta do Comércio, Indústria e Coordenação Económica o presidente do segundo grupo mineiro do país (General Mining Union Corporation), Derek Keys.

Org Marais, que estava no Comércio e Indústria, passou a ministro da Administração e do Turismo, mas nos dois pelouros principais ficaram os mesmos titulares: Roelof "Pik" Botha nos Negócios Estrangeiros e Gerrit Viljoen no Desenvolvimento Constitucional. ■

South Africa

Secret partners

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

EVEN as patriotic fronts go, this one had a short life. South Africa's Patriotic Front was formed less than two months ago in an attempt to bring together Nelson Mandela's African National Congress and its less compromising cousin, the Pan Africanist Congress. The plan was to present a united face at forthcoming negotiations with President F.W. de Klerk's white government. Those negotiations duly took place at a "preparatory meeting" on November 29th-30th. On the second day the PAC said it was quitting the talks. It accused the ANC, its senior partner, of collusion with Mr de Klerk.

If it were true (the ANC says indignantly that it is not), this would be excellent news. The point of November's preparatory meeting was to organise negotiations for the next stage of the country's transition from apartheid. The mechanism decided on—a Convention for a Democratic South Africa—is a bureaucratic monster. Without some agreement, however tentative, between the two strongest powers in the land, the monster will be able to do nothing except wobble.

When the convention holds its first meeting on December 20th, at least 200 people will take part. This is because each of more than a score of groups and bodies that the government invited to the preparatory meeting has been offered a dozen seats in the convention. This even-handedness bears scant relation to the groups' real power. Thus both Mr Mandela's ANC and Mangosuthu Buthelezi's Inkatha movement get 12 seats each. So do each of the political parties in the white chamber of Parliament, plus the ruling parties in the separate Indian and Coloured (mixed-race) chambers. Each of the ten self-governing tribal homelands gets its dozen, as does the white government itself.

The rules by which this ungainly convention is supposed to make decisions are vague. The government and the ANC are said to have agreed that its procedures should be governed by consensus, not necessarily by unanimity. A "sufficient consensus" will be deemed to exist whenever the government and the ANC, as the two main participants, agree with each other. The convention's formal job will be to draw up principles for a new constitution, together with some ideas about implementing them. Most participants say it will be doing well enough if it agrees on the next step in the country's journey from apartheid, leaving the final route and destination to be mapped out in some other way.

What infuriates the PAC is a suspicion that Mr Mandela and Mr de Klerk have secretly worked out not only the next step, but also several steps after that. When it formed the Patriotic Front, the ANC promised the PAC to keep demanding the election, by universal franchise, of a constituent assembly to rewrite South Africa's constitution. The PAC now alleges that Mr Mandela's true intention is to drop his demand for a constituent assembly in return for a place in an interim government alongside Mr de Klerk.

Both Cyril Ramaphosa, the ANC's secretary-general, and Gerrit Viljoen, the National Party minister overseeing the constitution, heartily deny the allegation. But if the ANC and the government had agreed on the way forward, they would hardly boast about it. ANC leaders are still neuralgic about criticism from their left flank, which is why they formed an alliance with the PAC in the first place. The National Party, after a 15% swing to the Conservatives at a recent by-election in the Orange Free State, has to keep a wary eye on its right flank. At some point in the transition to democracy, the two giants will have to work as partners. It suits neither to bring the partnership into the open just yet.

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE, TUESDAY, DECEMBER 10, 1991

17 Die as Clashes Surge After an Inkatha Rally

The Associated Press

JOHANNESBURG — At least 17 people were killed in shooting and stabbing attacks in the black township of Soweto after an Inkatha Freedom Party rally, the police said Monday.

They said at least 13 were wounded in the fighting, which erupted Sunday when about 12,000 Inkatha members, many of them armed, left a rally in the sprawling township outside Johannesburg.

Fighting continued during the night with scattered attacks on vehicles and homes, the police said. The fighting was the worst Soweto has seen in recent months and was a sign of the bitterness among black factions as they prepare for negotiations on political change.

In incidents elsewhere, the police said two persons had been killed in political violence.

Thousands of blacks have died in the past five years in clashes between supporters of the Zulu-dominated Inkatha and the rival Africa National Congress. The violence for months delayed the start of negotiations with the government. The latest outbreak indicated the divisions to be overcome once negotiations begin.

Although both Inkatha and the ANC oppose apartheid, they have strong tribal and ideological differences. They are among about 20 organizations scheduled to meet Dec. 20 and 21 to start negotiations on rewriting the constitution to end white rule.

The ANC and several smaller black groups agreed last month to set aside their differences and ally themselves against the government during negotiations. Inkatha was not part of the alliance.

The Inkatha leader, Chief Mangosuthu Buthelezi, made clear at the rally on Sunday that he would not back down on at least one demand strongly opposed by other groups. He said he would push for the king of the Zulus, Goodwill Zwelithini, and for his semiautonomous Zulu homeland, KwaZulu, to be allowed their own delegations in the talks.

South Africa's White Backlash

Rising anger over crime and hard times

It looked like a slap in the face for South Africa's reformist president, F. W. de Klerk. The last time parliamentary elections were held in the Orange Free State mining towns of Welkom and Virginia, in 1989, his National Party managed a hairbreadth victory. This time the rival Conservative Party drew a 62 percent landslide. The Conservatives campaigned on a litany of complaints heard among whites across South Africa: fear of rising poverty, distrust of the now legalized African National Congress, resentment over the desegregation of schools and neighborhoods. "We do not want de Klerk's new South Africa," thundered the by-election's winning candidate, Kobus Beyers. "White voters . . . will never accept black majority rule." The Conservative chief, Andries Treurnicht, qu' 'v demanded that de Klerk schedule a wh. -only general election.

The president did nothing of the sort. He has his hands full with other problems. Inflation hit a four-year high in October, and 1991 has been the second straight year of negative growth for the economy. The lifting of international sanctions was supposed to produce a flood of fresh foreign capital, but nervous investors are still mostly staying out. Meanwhile work is proceeding slowly toward a new one-person, one-vote constitution. Formal talks with the ANC and other parties are scheduled to get underway later this month, and the bargaining will be tough. Although the document will face a referendum of white voters before it becomes effective, the ANC remains more inter es' 1 securing justice for the no.. ..ite majority than it is in mollifying the white minority.

The blame: At present, however, the issue that seems to be helping the Conservatives most is the soaring violent-crime rate. "Some of the support for the Conservatives is ideological," says Willie Esterhuyse, a philosophy professor at the University of Stellenbosch, "but quite a lot of whites are backing the CP because they live in fear." On an average day in Johannesburg and its prosperous suburb of Sandton, for example, three murders, four rapes and 23 assaults are committed. Whether or not the Conservatives could stem the tide, the ruling party gets the blame.

Even the ANC seems worried about de Klerk's future. Still, he might find a way to take advantage of the backlash. "He may use it to bully the ANC into making more concessions to white interests," says Fanie Cloete, a political scientist at Rand Afrikaans University. If de Klerk can ensure the white minority's security and economic well-being under majority rule, he's likely to win back the National Party's lost ground. Last week ANC leader Nelson Mandela, calling de Klerk "the only person we can negotiate with," pledged support for him. "We are keen to do anything in our power to strengthen his position," Mandela said. Addressing the U.N. General Assembly last week, Mandela laid out a plan for ending sanctions—but only "in phases corresponding to the actual progress being achieved within South Africa." The next step is more talks. "Without a [political] settlement we won't get an economic recovery," says Zach de Beer of the liberal Democratic Party. "Neither the ANC nor de Klerk stands to gain from further delay."

JOSEPH CONTRERAS

Cobiçada prenda de Natal

6.12.1991 O JORNAL

Nelson Mandela preconiza todos os esforços para manter De Klerk no poder

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

MUITO EMBORA não possa contar com todas as suas componentes políticas — com saliência para os conservadores, que insistem na alternativa da autodeterminação para a comunidade branca, enquanto a extrema-direita (Azapo) manteve a decisão de se manter afastada —, o facto é que a democracia sul-africana já tem pernas para andar.

Entrou-se numa nova (e crucial) fase política na África do Sul ao serem lançadas, com algum sucesso, as bases da Convenção para uma África do Sul Democrática, baptizada com a sigla CODESA.

No encontro de Jen Smuts conseguiu-se reunir um consenso mínimo no espectro político sul-africano. Isto porque os nacionalistas, juntamente com os democratas, reúnem a maioria dos votos brancos, enquanto, por outro lado, o ANC e o IFP (Inkhata) reflectem uma clara maioria da comunidade negra.

Nos próximos dias 20 e 21, portanto já muito perto do Natal, cerca de uma vintena de partidos e movimentos vão sentar-se em redor da mesa de negociações e conversar «a sério» ao encontro de uma nova Constituição que possa conduzir à elaboração de um governo interino, uma das exigências apresentadas previamente por um dos «parceiros» mais interessados em todo o processo — o ANC.

Um dos pontos negativos deste encontro preparatório, que decorreu na semana passada, perto de Joanesburgo, foi a discordância manifestada, em plena reunião, pelos pan-africanistas (PAC) que, mantendo-se fiéis ao seu «slogan» — «para cada colono uma bala» — começou por levantar uma questão para a qual ninguém, presente na conferência, soube responder: os trabalhos não podem ter início enquanto a notícia posta a circular poucas horas antes, segundo a qual o governo estabeleceu um acordo secreto com o ANC, seja ou não confirmada.

O PAC (de extrema-esquerda) decidiu manter-se na reunião, apenas na qualidade de observador, mas, perto do seu termo, optou por retirar-se da sala. Só daqui por alguns dias — quando, a 16 deste mês, reunir o seu congresso, em Cape Town — se saberá se o PAC estará ou não incluído no «lote dos vinte».

Falando aos jornalistas, após o encontro preparatório para os dias 20 e 21 deste mês, o secretário geral do Congresso Nacional Africano, Cyril Ramaphosa, mostrou-se visivelmente embaraçado com a posição assumida pelo seu «irmão de peito».

Ramaphosa, que presidiu à delegação do seu movimento, negou, evidentemente, a existência de qualquer aliança com o Partido Nacionalista, no governo, mas não conseguiu convencer os seus companheiros de armas, que se consideram bem informados, quer através do seu vizinho Sam Nujoma, líder namibiano quer via Nova Iorque, onde o PAC diz contar com «sólidas amizades».

Para lá deste episódio, há também a assinalar a repetida ausência dos conservadores de reuniões onde brancos e negros têm vindo a participar desde que De Klerk foi eleito presidente. A recente vitória (maioria absoluta) obtida pelo Partido Conservador nas eleições intercalares de Virgínia, pequena cidade da província do Orange Free State, sobre os nacionalistas, poderá constituir um prenúncio de que a maioria branca é capaz de comprometer as reformas em curso.

Analistas políticos, em Joanesburgo, consideram que o indiscutível triunfo (cerca de 56 por cento) da direita branca alertou para um facto adquirido — uma grande faixa da comunidade branca, ou, pelo menos, os «afrikaners», não estão tão ao lado de Frederik de Klerk como acontecia há dois anos atrás, aquando do último acto eleitoral. Assim sendo, terão razão de ser as preocupações expressas por Nelson Mandela ao afirmar, na véspera de deixar Joanesburgo a caminho dos Estados Unidos da América, que «terá de ser feito um grande esforço para manter De Klerk no poder, só assim havendo esperanças do processo de reformas continuar».

O líder do ANC afirmou «ter de haver muita atenção com as movimentações tanto da direita como da extrema-direita, empenhadas na desestabilização do país». Chamou a atenção, em particular, para os resultados das intercalares de Virgínia «que dão que pensar».